



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

RAQUEL LUZIA MOURÃO DE OLIVEIRA

**VIDA NAS RUAS: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES FAMILIARES DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

FORTALEZA - CEARÁ

2016

RAQUEL LUZIA MOURÃO DE OLIVEIRA

VIDA NAS RUAS: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES FAMILIARES DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira Osterne.

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Raquel Luzia Mourão de .

Vida nas ruas: um estudo sobre as relações familiares da população em situação de rua e as políticas públicas [recurso eletrônico] / Raquel Luzia Mourão de Oliveira. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 102 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Políticas públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

1. Família . 2. População em situação de rua. 3. Exclusão social. 4. Políticas públicas. I. Título.

RAQUEL LUZIA MOURÃO DE OLIVEIRA

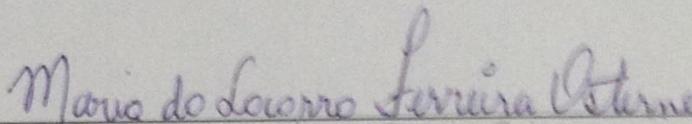
VIDA NAS RUAS: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES FAMILIARES DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

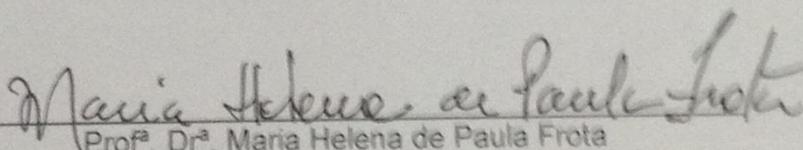
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 02/08/2016

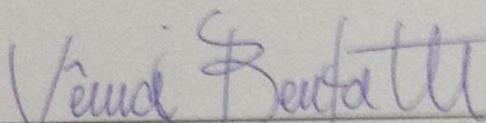
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferreira Osterne
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^ª. Dr^ª. Xenia Diogenes Benfatti
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre guiar meus caminhos em todos os momentos de minha vida, por sempre me fortalecer diante das dificuldades e cuidar das pessoas que amo.

À minha amada filha, Isadora, fonte de todo amor e inspiração da minha vida. Minha filha, com você aprendi muito mais do que você possa imaginar, certamente, você me faz uma pessoa melhor. Te amo.

Aos meus pais, Jader e Rozeni, que foram os principais incentivadores para a conclusão deste Mestrado, sei que esta conquista também é de vocês. Dizer “obrigada” é muito pouco por tudo o que vocês fazem por mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Socorro Osterne pela compreensão diante das minhas dificuldades, pela ética e pelos esclarecimentos valiosos.

Aos professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pelos ensinamentos valiosos.

À equipe de profissionais dos Centros POP, de Fortaleza e Caucaia, pela acolhida, disponibilidade e paciência com minhas intervenções, perguntas e idas e vindas ao local durante o processo de pesquisa.

Aos sujeitos desta pesquisa, pela atenção e disponibilidade, sobretudo pela confiança que tiveram em compartilhar suas histórias sofridas e dificuldades que enfrentam nas ruas.

Às professoras Maria Helena de Paula Frota e Xênia Diógenes Benfatti pelas valorosas contribuições na banca de qualificação.

À banca de defesa, pela disponibilidade e por aceitarem prontamente o nosso convite.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar os aspectos envolvidos entre a fragilidade e/ou rompimento de vínculos familiares e o fenômeno da população em situação de rua. Para alcançar esse propósito, foi traçado um percurso teórico-metodológico, tendo como base estudos bibliográficos e pesquisa de campo, realizada através da utilização da metodologia da história oral. Para tanto, foram analisadas as narrativas de quatro sujeitos, que se encontravam em situação de rua no município de Caucaia – Ceará. Diante deste cenário, a pesquisa possibilitou a compreensão de que o fenômeno da população em situação de rua possui múltiplas determinações, mas que o rompimento e/ou fragilidade dos vínculos familiares possuem forte relação com a ida e/ou permanência destes indivíduos nas ruas. Assim, ao analisar a totalidade desta pesquisa, evidenciou-se que o *modo de viver* destes sujeitos revela suas estratégias de sobrevivência, diante de um contexto de inúmeras violações de direitos. A pesquisa também revelou o quanto as políticas públicas, voltadas para essa população, ainda precisam evoluir no atendimento as diversas demandas deste segmento social.

Palavras-chave: Família. População em situação de rua. Exclusão social. Políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the issues involved between fragility and / or disruption of family ties and the population of the phenomenon on the streets. To achieve this purpose, it was drawn a theoretical and methodological approach, based on bibliographic studies and field research, achieved by the use of oral history methodology. Therefore, the narratives were analyzed from four subjects, who were in the streets in the municipality of Caucaia - Ceará. In this scenario, the study allowed us to understand that the population of the phenomenon on the streets has multiple determinations, but the disruption and / or fragility of family bonds have a strong relationship with the trip and / or stay of these individuals on the streets. Thus, when analyzing all of this research it became clear that the way of life of these subjects reveal their survival strategies, before a backdrop of numerous rights violations. The survey also revealed how public policies aimed at this population, still need to evolve in meeting the diverse demands of this social segment.

Keywords: Family. People on the streets . Social exclusion. Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício da Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de rua
CIAMP	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional População em Situação de Rua
NOB	Norma Operacional Básica
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SETRA	Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUS	Sistema único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	PERCURSO METODOLÓGICO: OS CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS INVISÍVEIS URBANOS.....	16
3	CONSTRUINDO UM CAMINHO TEÓRICO: FAMÍLIA, EXCLUSÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	26
3.1	PENSANDO SOBRE FAMÍLIA.....	26
3.2	EXCLUSÃO COMO RUPTURA DE LAÇOS SOCIAIS.....	33
3.3	O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
4	RETRATANDO A REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	55
4.1	RELAÇÕES FAMILIARES: FRAGILIDADES E RUPTURAS.....	55
4.1.1	As relações familiares e a ida para as ruas.....	55
4.1.2	A família pensada e vivida pelas pessoas em situação de rua.....	58
4.1.3	Solidão, isolamento e liberdade.....	62
4.2	VÍNCULOS TECIDOS NAS RUAS: AS RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE E AFETIVIDADE.....	64
4.2.1	Os desafios de quem vive nas ruas.....	65
4.2.2	Convivendo com o medo e a insegurança.....	70
4.2.3	As regras da rua.....	73
4.3	A POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB O OLHAR DE SEUS USUÁRIOS.....	75
4.3.1	Como exercer a cidadania?.....	77
4.3.2	Os obstáculos no acesso às políticas públicas para a população em situação de rua.....	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
	APÊNDICES.....	99
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA USUÁRIA DO CENTRO POP.....	100
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	102

1 INTRODUÇÃO

A presença de pessoas vivendo cotidianamente nas ruas é uma realidade mundial, evidenciada especialmente nas grandes cidades, não se tratando de um fenômeno contemporâneo. Nas cidades pré-industriais já era possível observar um contingente expressivo de miseráveis e andarilhos, que viviam quase que exclusivamente da mendicância e perambulavam pelas ruas ou mesmo habitavam nestas.

No entanto, conforme explica Silva (2009), diante de um contexto de reestruturação produtiva, redefinição das funções do Estado e financeirização do capital, as mudanças no mundo do trabalho agravaram os índices de desemprego, a deterioração das relações e condições de trabalho e o rebaixamento dos salários da classe trabalhadora. Diante desta realidade, a autora destaca que houve um crescimento expressivo do excedente populacional, não absorvido pelo processo produtivo, agravando as desigualdades sociais e elevando os níveis de pobreza dos trabalhadores. “Nesse contexto, tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do país” (SILVA, 2009, p.21). Observam-se indivíduos e famílias numa condição de pobreza extrema compondo a paisagem das ruas das cidades numa luta diária pela sobrevivência (SILVA, 2009).

Nos últimos anos foram evidenciadas produções científicas variadas sobre a temática, em especial no que se refere às mudanças ocorridas no contexto da vida nas ruas e dos aspectos que a caracterizam. Frangella (2009, p.70), relata que isso ocorre pelos seguintes motivos:

“[...] há um aumento de pessoas na rua em decorrência do agravamento da situação econômica, e um gradual adensamento da teia de atendimento a essa população, abrindo espaço para sua visibilidade política. Tal processo revela o efeito dos problemas socioeconômicos sobre o habitante das ruas, a complexidade de fatores que o envolve, e sua captura nas redes dos movimentos urbanos sociais e políticos.”

Assim, o fenômeno da população de rua vem ganhando maior visibilidade e sendo alvo de discussões e debates no meio social e acadêmico, no entanto, para a grande maioria da sociedade é algo que muitas vezes passa despercebida, ou quando se percebe, a atitude gerada é de desconforto, incômodo e indiferença.

De acordo com Oliveira (2010), a população em situação de rua está hoje presente no cenário das grandes cidades e apresenta-se como um fenômeno comum aos grandes centros urbanos, onde nos deparamos constantemente com realidades diversas e adversas, que de tanto convivermos com isso, “já não percebemos as nuances da cidade” (OLIVEIRA, 2010, p.25). Aqueles que estão em situação de rua, ocupando os espaços da cidade se tornam, assim, invisíveis aos olhos da sociedade em geral.

Atualmente, a expressão “população em situação de rua” é utilizada em detrimento de outras, por ser considerada a mais apropriada para designar uma situação ou condição social, que é produzida pela sociedade capitalista, em um contexto de extrema desigualdade social. Este será o termo utilizado neste trabalho, por retratar de forma mais abrangente a complexidade do fenômeno apresentado.

O termo “situação de rua”, de acordo com Giorgetti (2008, p.20), destaca “o caráter processual da vida nas ruas, para delinear as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade”. Deste modo, Rosa (2005) ressalta que, a rua tanto pode se caracterizar como um local de proteção ou abrigo para aqueles que sem recursos, dormem de forma circunstancial em logradouros públicos e praças, como também pode constituir-se no principal local de moradia e sobrevivência.

Uma análise sobre a população em situação de rua implica pensar sobre uma categoria social que tem por característica a multidimensionalidade, isto é, compõe várias facetas de uma só realidade. Nesse sentido, a rua abriga uma diversidade de histórias de vida, difícil de ser observada de um só ângulo:

“Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e as pesquisas voltadas para este grupo devem também ser, antes de tudo, multifacetada, ou seja, não devem ser tratadas a partir de apenas uma área do conhecimento, específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas.” (FERREIRA; MACHADO, 2007, p.05).

Deste modo, para a realização deste estudo, compreende-se que o fenômeno da população em situação de rua não possui um único determinante, ou como destaca Silva (2009), deve ser tratado como uma síntese de múltiplas determinações. A autora destaca que, o reconhecimento desta multiplicidade de

determinantes é um dos poucos consensos debatidos na literatura que trata sobre o tema. Ainda de acordo com a autora, os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea, como motivo de permanência nas ruas são: as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de um trabalho formal e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas.

A heterogeneidade desta população é um aspecto de fundamental relevância, destacado em estudos e pesquisas sobre o tema. É praticamente um consenso entre os autores que abordam a temática, que as pessoas em situação de rua possuem origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, por isso, não constituem um único grupo ou categoria. Escorel (2000, p.155) afirma: “o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não há um bloco homogêneo de pessoas, são populações”.

No presente estudo a categoria família ocupa lugar central no trato teórico do objeto de pesquisa. Contudo, na compreensão deste estudo a família é tratada como um fenômeno social que se constrói e reconstrói numa permanente transformação. Nesse cenário de mudanças, é preciso compreender os novos arranjos familiares, as novas características e funções que a família assume na atualidade. Diante deste contexto, não se pode pensar em colocar a família nos padrões de um modelo universal, conforme Sarti:

“No mundo contemporâneo, as mudanças que vêm ocorrendo na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Desse modo, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vivenciados a partir dos papéis pré-estabelecidos, hoje são concebidos como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire importância social, situando como problema atual a necessidade de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas parecem estar querendo aprender a serem sós e a serem juntas.” (SARTI, 2000, p. 43).

Assim, esta investigação partiu da hipótese de que a fragilidade/rompimento dos vínculos familiares pode ser considerada como um dos principais motivos para a ida e permanência nas ruas. Portanto, diante desta conjuntura, onde cada vez se torna mais expressiva a presença de indivíduos e famílias inteiras em situação de rua, surgiu à indagação central desta pesquisa: quais aspectos podem estar associados entre a fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e o fenômeno população em situação de rua?

O objetivo central que orientou esta pesquisa, portanto, foi compreender como este rompimento/fragilização de vínculos familiares pode levar o sujeito a buscar a rua como seu lugar de moradia e sobrevivência.

Dentre os objetivos específicos que orientaram esta pesquisa buscou-se conhecer o perfil contemporâneo da população em situação de rua, no município de Fortaleza, através de dados documentais como o 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua, realizado pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome de Fortaleza, no ano de 2014. Também se procurou compreender sobre os vínculos estabelecidos no universo das ruas e o valor que estes adquirem para os indivíduos que vivenciam esta situação. Por fim, buscou-se identificar as políticas públicas direcionadas para a população em situação de rua, procurando compreender seus limites e possibilidades, através da visão de seus usuários.

Vale ressaltar que o interesse pelo tema surgiu da aproximação profissional com a população em situação de rua, do município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. Trabalhando como Assistente Social, no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua – Centro POP deste município, tive a oportunidade de conhecer as mais diversas formas de expressão da vida nas ruas. Atuando diretamente no serviço de atendimento especializado à população em situação de rua, vivenciei, diariamente, os limites de atuação profissional e de como ainda precisamos caminhar no sentido da efetivação da Política Nacional para População em Situação de Rua.

No que diz respeito ao percurso metodológico deste estudo que é de natureza qualitativa, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para iniciar o embasamento mais teórico desta investigação. O trabalho de campo proporcionou a aproximação com os atores envolvidos, pessoas em situação de rua, em especial no momento das entrevistas, quando se buscou constituir reflexões e interpretações necessárias para responder aos objetivos da pesquisa.

Para o trabalho de campo utilizou-se como metodologia a história oral, que, de acordo com Joutard (2000, p.33), tem como inspiração original “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos, trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir e testemunhar as situações de

extremo abandono”. Assim, o autor enfatiza que a força da história oral é dar voz àqueles que normalmente não a tem.

Matos e Senna (2011) argumentam que a história oral está centrada na história humana e em sua capacidade de lembrar o passado, enquanto testemunha do vivido. Desta forma, a memória é compreendida não apenas como uma lembrança de um determinado indivíduo, mas de um sujeito inserido em um contexto familiar ou social.

Neste contexto, Portelli destaca que:

“Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte do nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você ‘recorda’ a história, mas memória ‘como’ história.” (PORTELLI, 2000, p. 69).

Portelli (2000) ainda considera que na condição de metodologia, a história oral utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade. Assim, a memória é a base constituinte da oralidade.

Como método, Matos e Senna (2011), destacam que a história oral reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidos, assim como as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e preservadas, enquanto conhecimento. Diante desse contexto, a história oral traz a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos acerca das relações entre história e memória, assim como dos imaginários e mentalidades individuais.

A escolha de trabalhar com os usuários do Centro Pop, se deu em virtude deste ser considerado o equipamento social que atua como “porta de entrada” para o atendimento à população de rua e referência para o acesso a outros serviços destinados a esse público e a outras políticas. Em Caucaia, este é o único equipamento de referência para o atendimento da população em situação de rua, não havendo no município unidades de acolhimento institucional (abrigos). No entanto, vale ressaltar que no município de Fortaleza, além de dois Centros Pop, existem outras unidades que também atendem a população em situação de rua, que é o Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua, a Unidade de Acolhimento Institucional e a Pousada Social.

O Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua atende pessoas adultas em situação de rua, de ambos os sexos, acompanhados ou não de filhos. O Centro tem capacidade para atender até 200 usuários, realizando atividades de sociabilidade e convivência, cursos profissionalizantes, além de oferecer uma lavanderia e alimentação.

A Pousada Social é o equipamento que busca garantir a acolhida noturna para as pessoas em situação de rua. A unidade tem capacidade de abrigar até 80 usuários, funcionando todos os dias de forma ininterrupta. Além destes equipamentos, a Prefeitura do município de Fortaleza conta com três unidades de acolhimento institucionais (abrigos) que recebem este público.

A incursão exploratória no campo ocorreu em duas etapas. A primeira consistiu em um processo de observação e conhecimento dos equipamentos sociais, destinados às pessoas em situação de rua. Na ocasião, foi proporcionado contato com os profissionais e conversas informais com estes e, às vezes, com um ou outro usuário do equipamento. Assim, além da realidade do Centro Pop de Caucaia, também se buscou conhecer a rotina e atividades realizadas nos dois Centros Pop de Fortaleza. Durante a realização da pesquisa, também foram realizadas visitas à Pousada Social e ao Centro de Convivência.

Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, onde por diversas vezes conversei com as pessoas em situação de rua no seu próprio local de moradia e subsistência, ou seja, na rua.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, que se propõem a elucidar aspectos relacionados situados entre a fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e o fenômeno da população em situação de rua. O primeiro capítulo, que constituiu esta introdução, apresenta o objetivo central do estudo, seus objetivos específicos, a motivação para realização desta pesquisa e como a mesma foi desenvolvida.

O segundo capítulo, *Percurso Metodológico: Os Caminhos de uma Investigação sobre os Invisíveis Urbanos* apresenta o caminho metodológico que foi seguido para a realização da pesquisa. Neste capítulo, situa-se a natureza da pesquisa, o campo onde a mesma foi realizada, a caracterização de seus sujeitos, assim como o processo de coleta e organização de dados.

O terceiro capítulo, *Construindo um Caminho Teórico: Família, Exclusão Social, Políticas Públicas e População em Situação de Rua*, põe em discussão as

categorias teóricas que embasaram o desenvolvimento desta investigação. O debate traz reflexões sobre as mudanças ocorridas na família no decorrer da história e sua configuração contemporânea. O capítulo ainda apresenta a categoria da exclusão social, como ruptura de laços sociais, a partir da reflexão de diversos autores contemporâneos sobre o tema. Ao final, é colocado em discussão o fenômeno da população em situação de rua e sua relação com as políticas públicas, procurando apresentar as principais iniciativas do Governo Federal nesta área.

O quarto capítulo, *Retratando a realidade da População em Situação de Rua*, expõe a análise dos resultados obtidos através da investigação do objeto de pesquisa. Os dados foram divididos em blocos e expõem as relações familiares, os vínculos tecidos nas ruas e a percepção dos sujeitos sobre as políticas destinadas à população em situação de rua.

Por fim, o último capítulo dedica-se às *Considerações Finais*, onde é apresentada uma síntese das questões levadas a efeito neste estudo. Tais questões provocam algumas reflexões e mostram alguns desafios para pensar as políticas públicas direcionadas para as pessoas em situação de rua.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: OS CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS INVISÍVEIS URBANOS.

A realização de uma pesquisa sobre uma determinada realidade é uma tarefa instigante e exige muita coragem frente aos desafios postos em todo o seu percurso, no entanto, é apaixonante. Sobretudo porque se constitui em um processo repleto de inquietações que interpelam a aventura de conhecer, como afirma Alcoforado:

Pesquisar para construir um novo conhecimento é uma aventura tão apaixonante quanto desafiadora e, para realizá-la, não se dispõe de “receitas”. Não há listas de procedimentos rigidamente ordenados que, se devidamente seguidos, determinarão a qualidade e relevância da pesquisa e garantirão a resolução do enigma que a realidade nos impõe. (2009, p.721).

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa revelam a trajetória percorrida no processo de elaboração do conhecimento. Tais caminhos levam a inúmeros questionamentos e descobertas, alguns mais simples e outros mais complexos. No entanto, todos relevantes para uma aproximação com a realidade do objeto de estudo. São aproximações sucessivas a uma realidade que, norteada por uma produção teórica, necessitam de um caminho metodológico que nos possibilite dinamicidade e criatividade ao processo investigativo.

O percurso metodológico deste estudo iniciou com um levantamento bibliográfico em relação às categorias teóricas que embasaram a presente pesquisa, sendo elas: **família, exclusão social, população em situação de rua e políticas públicas**. Vale ressaltar que os estudos acadêmicos sobre pessoas em situação de rua foram impulsionados nos últimos anos, em razão da implementação de ações governamentais focadas para este segmento da sociedade.

Neste passo, as fontes documentais utilizadas foram: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica (NOB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Decreto nº 7.053, Manual de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua e o 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua de Fortaleza.

Assim, a reunião de dados e informações foram organizados de forma a possibilitar uma análise qualitativa de seus conteúdos, atribuindo-lhes significação na construção de respostas à indagação proposta e aos objetivos pretendidos. A análise e interpretação qualitativa foram escolhidas por possibilitar uma aproximação com as características centrais do fenômeno. De acordo com Severino (2002), este método busca compreender o objeto de estudo em sua totalidade, na medida em que o foco não é a generalização de dados, mas a compreensão da complexidade do fenômeno.

O estudo objetivou relacionar a pesquisa empírica, buscando em campo responder a questão proposta, com a pesquisa documental, através de dados e documentos que possibilitem a compreensão do fenômeno pesquisado.

Para a realização desta pesquisa, optou-se por utilizar a história oral. De acordo com Ferreira (2002), esta abordagem tem sido bastante utilizada para o resgate da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias.

Segundo Queiroz (1988), nos últimos anos é possível observar uma revalorização do “relato”, agora denominado de “história oral”. A autora fala em reaparecimento, já que no início dos anos 50, a história oral foi utilizada por cientistas sociais como W. I. Thomas (1863-1947), F. Znaniecki (1882-1958) e John Dollard (1900). Estes sociólogos consideravam a história oral fundamental para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Segundo Matos & Senna (2011), na América Latina, por volta da década de 1970, percebia-se o interesse pela utilização da história oral em áreas como a antropologia e a história política. A partir de então se observa a criação de verdadeiros grupos de historiadores orais. As autoras afirmam que as duas décadas seguintes serviram como pano de fundo para o desenvolvimento e estruturação de uma metodologia e uma organização teórica para o que se denominou história oral.

No entanto, o processo da história oral na América Latina não pode ser desvinculado das escolas britânicas, norte-americana e francesa, já que com sua renovação metodológica ambicionavam uma história total. Alguns fatores sociais estão ligados diretamente ao desenvolvimento da história oral, onde podemos destacar o crescente interesse pela história das mulheres, dos marginalizados, dos fenômenos migratórios e também do encontro da história oral com a história geral, em torno dos estudos sobre memória. (MATOS & SENNA, 2011, p.100)

A obra de Paul Thompson destaca a importância do uso da oralidade no desenvolvimento das pesquisas:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p.17)

Segundo Alessandro Portelli (2006), as fontes orais revelam as intenções dos feitos, crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possuem dados que muitas vezes um documento escrito não possui. Neste contexto, o autor considera que a mesma é primordial para a compreensão do tempo presente, já que através dela podemos conhecer os sonhos, anseios e crenças do passado de pessoas anônimas, sem nenhum *status* político, social ou econômico, mas que vivenciaram os acontecimentos de sua época.

Certamente, o avanço tecnológico, que proporcionou aos cientistas sociais novos meios de captar o real, como a gravação dos relatos, contribuiu para a revalorização da história oral. O surgimento dos gravadores trouxe a possibilidade de conservar a narração, com uma vivacidade de que o simples registro no papel não contemplava. Assim, a voz do entrevistado, suas entonações, pausas, passaram a constituir outros dados preciosos para estudo.

Queiroz (1988, p.3) destaca em sua pesquisa que o relato oral sempre se constituiu como a maior fonte de difusão e conservação do saber. Para a autora, em todas as épocas a formação de hábitos sociais e a transmissão de conhecimentos se basearam na narrativa. Assim, *“o relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber”*. QUEIROZ (1988, p.4)

No entanto, os relatos orais exigem uma transcrição dos dados obtidos, transformando das narrativas em documentos. Segundo Portelli (1997), o objetivo da transcrição é transformar objetos auditivos em visuais, o que implica mudanças e interpretações. O autor ainda destaca que nenhuma transcrição conseguirá reproduzir de forma fiel o que o narrador deseja dizer. Assim, *“a mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica certa*

quantidade de invenção. O mesmo pode ser verdade para a transcrição de fontes orais". (PORTELLI, 1997, p.27)

Deste modo, Queiroz (1988, p.6) conclui que:

Na verdade, a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador; de fato, o cientista social interroga uma enorme série de escritos, contemporâneos ou não, que constituem a fonte de dados em que apóia seu trabalho.

Portelli (1997), ainda destaca que o processo de transcrição das narrativas, por mais criterioso que seja não irá revelar todos os significados presentes em um discurso. "*A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita*". (PORTELLI, 1997, p.28). O mesmo autor ainda afirma que, uma mesma afirmativa pode ter consideráveis interpretações, que variam de acordo com a entonação dada pelo relator. Assim, a transcrição procura aproximar-se ao máximo do descrito na narrativa, porém, não consegue transpor para o papel sentimentos e emoções.

Garrido (1993), chama a atenção para o fato de que a utilização de fontes orais permite construir um discurso de interpretação histórica mais completa, rico e complexo. Ainda para este autor, utilizar este tipo de fonte possibilita desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa.

Portelli (1997, p.31) enfatiza que:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica dizer que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas.

A utilização da história oral em pesquisas implica trabalhar diretamente com a memória que os sujeitos trazem sobre o que se é questionado. Um dos primeiros autores a chamar a atenção para o tema da memória, segundo Hutton (1993), foi Philippe Ariès (1981), que destacou o papel dos rituais comemorativos com a função de fortalecer os laços familiares, no final do século XVIII e início do século XIX. Ariès também chamou a atenção para o papel dos monumentos, das

comemorações em torno das figuras políticas ilustres ao longo do século XIX. Seguindo o caminho aberto por Ariès, surgiu um novo gênero na historiografia na década de 1980, a história das políticas de comemoração.

Segundo Ferreira (2002), a história das comemorações trouxe contribuições significativas para as pesquisas que exploram as memórias, no sentido de que, quando se pesquisam imagens, nas quais os atores históricos podem representar seu mundo, os historiadores conseguem identificar as estruturas da imaginação coletiva e o poder do grupo social que as criou. Assim, a autora conclui que:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. (FERREIRA, 2002, p.321)

Pollak (1992), afirma que a memória apesar de parecer algo estritamente individual, tem como suporte um grupo social, com a qual esta é compartilhada. O autor destaca ainda que, ao mesmo tempo em que esta memória é mantida por um determinado grupo, ela também representa uma construção, já que está sujeita à flutuações, transformações e mudanças constantes realizadas no presente. Assim, a memória além de ser uma construção do passado é algo aberto e em constante evolução.

Nesse contexto, como explica Matos & Senna (2011) a história oral está centrada na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado, enquanto testemunho vivido. Assim, as fontes não são constituídas pela memória individual, mas de um sujeito inserido em um contexto, familiar ou social, sendo assim, suas lembranças permeadas por inferências coletivas. As autoras concluem que a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de experiências passadas, onde o individual e o coletivo acabam se entrelaçando.

Portelli (1997) enfatiza que o importante é que a memória não seja apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação e significação. De acordo com o autor, a utilidade específica das fontes orais não está em sua habilidade de preservar o passado, mas em buscar sentido neste passado e colocar a entrevista e narração em seu contexto histórico.

Garrido (1993), argumenta que história oral pode ser compreendida como uma metodologia capaz de contribuir para o resgate e análise das memórias, através das entrevistas realizadas com as pessoas envolvidas com o tema de interesse da pesquisa. Assim o autor destaca que:

Um dos aspectos mais importantes do uso de fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. Esta aproximação crítica ao testemunho oral consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do corpus de documentos orais. Dai a importância de se estabelecer uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes. (GARRIDO, 1993, p.33)

Matos & Senna (2011), explicam que como procedimento metodológico, a história oral objetiva registrar impressões, vivências e lembranças dos sujeitos que se propõem a compartilhar sua memória com a coletividade. Assim, a história oral pode ser entendida como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p.52)

Existem alguns aspectos críticos que são apontados na utilização da fonte oral em pesquisas. Alguns autores destacam que não se pode ter em trabalhos com história oral a confiabilidade da fonte, que os depoimentos orais são subjetivos, relativos à memória individual, o que pode representar um dado falível ou fantasioso. Thompson (1992) argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual, sendo todas elas passíveis de manipulação. Em sua obra o autor defende a utilização da metodologia afirmando que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’”. (THOMPSON, 1992, p.137).

Joutard (2000) afirma que para a pesquisa oral desempenhar plenamente seu papel, é necessário reconhecer seus limites e fazer dos mesmos uma força. O autor destaca que estas limitações são oriundas das fraquezas da própria memória, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações, equívocos e sua

tendência para lenda e mito. Desta forma, estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses.

Assim, Joutard destaca que:

[...]estou de fato convencido de que tais omissões voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador, quanto as informações que se verificam exatas. Elas nos introduzem nos cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidências de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). (JOUTARD, 2000, pgs.34 e 35)

Portelli (1997) destaca que as fontes orais são aceitáveis, porém com credibilidade diferente, neste contexto o autor afirma:

A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo, e desejo de emergir. Por isso, não há falsas fontes orais. [...] a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que essa verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis. (PORTELLI, 1997, p.32)

O autor ainda enfatiza a importância do papel do pesquisador, como aquele que decide, em primeiro lugar, o que será abordado na entrevista. Neste sentido, Portelli (1997) afirma que uma fonte escrita independe das necessidades e hipóteses do pesquisador, por se tratar de um texto estável. Já o conteúdo das fontes orais, depende do que os entrevistadores põem em termos de questões, diálogos e relações pessoais.

A forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais, é a entrevista, considerada muitas vezes como sua técnica por excelência. A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador, o tema ou o acontecimento sobre que versa foi escolhido por este último por convir ao seu trabalho. O pesquisador dirige a entrevista, esta pode seguir um roteiro previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém na verdade se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador conduz.

Portelli (1997) ainda argumenta que entrevistas com o mesmo sujeito podem ser continuadas indefinidamente, pois é impossível exaurir a memória completa de um único informante. Além disso, os dados colhidos nas entrevistas são

sempre resultado de um relacionamento mútuo entre entrevistador e entrevistado. Assim, a pesquisa com fontes orais possui natureza inconclusiva de um trabalho em desenvolvimento. O autor destaca que:

O testemunho oral, de fato, nunca é igual duas vezes. Isto é uma característica de todas as comunicações orais, mas é especialmente verdadeira das formas relativamente não estruturadas, tais como declarações autobiográficas ou histórias fornecidas em entrevistas. (PORTELLI, 1997, p.36)

Para Queiroz (1988), as pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

Matos e Senna (2011), destacam a importância das entrevistas em história oral, enfatizando que os critérios para a formulação das perguntas é fundamental para o sucesso na obtenção dos resultados. Para as autoras, é essencial selecionar a testemunha, o local da entrevista e preparar um bom roteiro.

Tourtier-bonazzi (2006), afirma que o sucesso da entrevista depende em grande parte da relação de confiabilidade, conquistado na relação entrevistador e entrevistado. A autora ainda ressalta que o local da entrevista deve ser aquele em que o entrevistado possa sentir-se à vontade. Além disso, o entrevistador deve ter um embasamento teórico sobre o tema da pesquisa, adquirido através de leituras e consultas documentais sobre o assunto.

No que diz respeito ao roteiro da entrevista, Matos e Senna (2011) destacam que a mesma pode ser realizada de maneira dirigida, não dirigida ou semi dirigida. As autoras afirmam que a entrevista dirigida prende a testemunha um questionário preestabelecido e a não dirigida pode fazer com que a testemunha se afaste do tema em sua narrativa.

Diante deste contexto, para a realização desta pesquisa optou-se por fazer uso da entrevista semidirigida, que pode ser compreendida como um meio termo entre a fala única do sujeito entrevistado e o interrogatório direto. A principal intenção foi deixar os sujeitos à vontade e que os mesmos tivessem possibilidade de discorrer sobre o tema proposto de maneira mais confortável.

As entrevistas em história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica, que raramente são registradas, tais como relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais dos eventos passados.

O material obtido através das entrevistas com os participantes da pesquisa resultou em um recorte da realidade vivida por esses sujeitos. No capítulo 4, destinado à apresentação dos resultados, este material foi relacionado com as categorias teóricas que embasaram esta pesquisa.

O campo de pesquisa foi constituído pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centros POP, de Fortaleza e do município de Caucaia, região metropolitana, assim como os locais de permanência dos sujeitos nas ruas. Os Centros POP foram escolhidos por se tratarem de locais de atendimento especializado para esta população, ofertando serviços como; espaço para realização de higiene pessoal, lavagem de roupa, guarda de documentação, atendimento psicossocial e jurídico, dentre outras atividades oferecidas pelo equipamento. No entanto, no decorrer da pesquisa foi necessário ir até os locais onde geralmente estas pessoas permanecem nas ruas, assim, algumas vezes fui até o centro comercial de Caucaia e a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, também deste município, para conversar com as pessoas em situação de rua.

Inicialmente, busquei realizar as entrevistas no próprio Centro Pop, já que lá exercia a função de Assistente Social, porém percebi que os usuários não se sentiam confortáveis, associando os questionamentos à tarefas vinculadas a instituição. Assim, resolvi ir para as ruas e buscar estes sujeitos em seus locais de permanência. Apesar de ter uma característica nômade, não tive dificuldades de encontrá-los, pois os sujeitos pesquisados tinham como principal atividade “olhar carros”, em “locais fixos”.

Durante o desenvolvimento da pesquisa percebi que no ambiente da rua, fora da instituição, os sujeitos pesquisados sentiam-se bem mais a vontade para responder aos questionamentos. Assim, conversando com estas pessoas, em um espaço público, obtive uma maior aproximação com a própria realidade dos mesmos. Destaco que a minha facilidade de aproximação, ocorreu pelo fato de muitas dessas pessoas me conhecerem como Assistente Social do Centro Pop.

Neste sentido, o processo de aproximação foi facilitado, no entanto, tive que por várias vezes enfatizar de que a pesquisa se tratava de um trabalho científico e não estava ligada a instituição, Centro Pop Caucaia.

A pesquisa contou com a participação de quatro sujeitos, sendo três do sexo masculino e uma pessoa do sexo feminino, que serão tratados aqui por iniciais de nomes fictícios, com o intuito de preservar a identidade dos mesmos. Abaixo, segue a tabela de caracterização dos participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Naturalidade	Etnia	Estado Civil	Escolaridade
Rachel de Queiroz	23	Caucaia-CE	Parda	União Estável	Ensino Médio Completo
Patativa do Assaré	29	Fortaleza-CE	Pardo	União Estável	Ensino Fundamental Incompleto
Luis Gonzaga	55	Recife-PE	Negro	Separado	Ensino Fundamental Incompleto
Virgulino Ferreira	32	Itapipoca – CE	Pardo	Solteiro	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Elaborada pela autora

Tratar as relações familiares muitas vezes pode significar tocar em algumas “feridas” do passado e que muitos preferem deixar esquecidas. Por isso, é tão importante estabelecer uma relação de confiança e credibilidade entre o pesquisador e o entrevistado. Construir uma relação assim requer tempo e cuidado, assim, a pesquisa com sujeito tão vulneráveis demanda do pesquisador fatores como tempo e sensibilidade para a condução das entrevistas.

Certamente, o desenvolvimento desta pesquisa proporcionou a construção de conhecimento sobre a temática da população em situação de rua. A intenção é ampliar o debate sobre o tema e aproximar essa realidade vivida nas ruas ao meio acadêmico, possibilitando a discussão sobre o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas que objetivem a garantia de direitos desta população que faz das ruas seu lugar de moradia.

3 CONSTRUINDO UM CAMINHO TEÓRICO: FAMÍLIA, EXCLUSÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 PENSANDO SOBRE FAMÍLIA

As grandes cidades escondem em meio a lajes, praças e logradouros histórias de indivíduos que para uma grande maioria passam despercebidos. Estes sujeitos são pessoas que tem a rua como seu local de moradia e sobrevivência. Parece que eles já estão incorporados à paisagem urbana, pois ocupam os grandes corredores comerciais, são os pedintes dos sinais de importantes avenidas, ou seja, estão inseridos naquele espaço urbano como algo comum e inerente à sociedade capitalista em que vivemos. Cada um desses sujeitos carrega consigo um universo particular. Os motivos que lhes levaram a viver nas ruas são inúmeros, no entanto, o objetivo desta pesquisa está centrado em investigar de que forma a fragilidade/rompimento dos vínculos familiares levam um indivíduo a morar nas ruas.

A categoria família, seus vínculos e laços afetivos, assumem lugar central ao se analisar o objeto desta pesquisa. Percebe-se que nos últimos anos, várias mudanças ocorridas no contexto socioeconômico e cultural, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar, possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização. Assim, como destaca Carvalho (1997), não se pode falar de família, mas de famílias, com o intuito de se contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade.

As últimas décadas foram marcadas por várias mudanças ocorridas no plano socioeconômico e cultural, acentuadas por um processo de globalização da economia capitalista. Neste contexto, a família vem se modificando de forma lenta, mas radical. Um dos autores pioneiros a tratar sobre o tema família, no Brasil, foi Gilberto Freire (1969). Em sua obra *Casa Grande Senzala*, Freire busca retratar o perfil da família patriarcal. O modelo da família patriarcal, segundo Freire (1969), confunde-se com a própria história da família brasileira e também é utilizado o termo família extensa para denominá-la. A família patriarcal estava instalada nos grandes latifúndios e a economia de base agrária, da época, contribuiu para a instalação da sociedade paternalista, com destaque para a importância das relações pessoais. Segundo o autor, a família patriarcal tinha como marca o núcleo conjugal, uma rígida

hierarquia de papéis sociais e a autoridade masculina, na figura do patriarca e mantenedor da família.

Cândido (1951) acredita que a formação da sociedade brasileira deriva da estrutura familiar patriarcal, como característica preponderante a autoridade masculina. Já, em contraponto, a autora Mariza Correa (1982), acredita que a família patriarcal assumiu papel de grande importância em determinado período histórico, porém, não a considera como determinante no processo total da formação da sociedade brasileira.

No entanto, ao se discutir sobre família, percebe-se que alguns autores acreditam na tese da família patriarcal, de Freire, e outros a negam, enfatizando a relação entre patriarcalismo e dominação. De acordo com Osterne (2004), a família patriarcal representava uma forma dominante de constituição social e política. A autora ainda enfatiza que o modelo patriarcal além de ter exercido sua dominação, representou expressiva visibilidade social, em função de seu poder no meio social.

Osterne (2004), considera um importante marco quando se analisa a história da família ao longo dos anos, o surgimento da família burguesa. Tal modelo, segundo a autora, foi trazido da Europa e implantado no Brasil, no final do século XIX, quando o país ainda vivia em um contexto social e econômico marcado pelo latifúndio e escravidão. O modelo de família burguesa tinha uma forma nuclear, organizada hierarquicamente, com pai, mãe e filhos, marcada por uma rígida divisão sexual e de papéis. Osterne afirma que ainda neste modelo, competia ao homem o papel de sustento da casa e a mulher a educação e cuidado com o lar. Este novo modelo estabeleceu alguns padrões familiares, como a privacidade e intimidade nas relações pais e filhos. Assim, a família patriarcal foi sendo substituída pela família nuclear burguesa sem, no entanto, abandonar sua matriz patriarcal.

Em relação à contextualização do respectivo modelo familiar burguês de padronização nuclear, Bruschini (2011) expressa que sua consolidação se deu factualmente na iminente sociedade industrial a partir da ascensão da burguesia, por volta do século XVIII, onde o lar burguês, além do seu caráter privativo, passou a absorver as funções socializadoras.

Segundo Cândido (1951), com o surgimento da industrialização, do sistema capitalista e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a família ganhou uma nova dinâmica, surgindo assim uma nova família. Antônio Cândido atribui o surgimento de uma nova família à fatores, tais como; o ingresso da mulher no

mercado de trabalho, os casamentos por interesses particulares, a maior intimidade na relação entre pais e filhos e a redução dos castigos corporais. Assim, o autor analisa que este novo contexto acaba culminando em uma maior igualdade entre os sexos, aumento do controle da natalidade, maior número de separações e de novos casamentos. Todos estes fatores são elencados como diretamente ligados às mudanças ocorridas na família, no entanto, o autor destaca que a entrada da mulher no mercado de trabalho foi o mais impactante, já que influenciou diretamente na redução da autoridade parental e conseqüentemente no enfraquecimento dos laços de parentesco.

Durham (1980), em seus estudos sobre a família brasileira, constata que a família, agora submetida à lógica do capitalismo, se vê obrigada a vender sua força de trabalho individual, para que possa ter sua subsistência. Desta forma, de acordo com a autora, a família passa a organizar-se como uma unidade de rendimentos. Quiroga (1982), define a família como unidade de pessoas, geralmente aparentadas, que compartilham recursos econômicos, oriundos de seu trabalho. Assim, podemos constatar que a dinâmica do capital impôs a família esta nova realidade, alterando seu padrão tradicional.

Ao se analisar a categoria família, o primeiro impulso do pesquisador é o de buscar um conceito para defini-la. Porém, as definições de família mudaram ao longo do tempo, em consonância com as transformações sociais. Propõe-se neste estudo, buscar definições de autores de referência sobre a temática, a fim de compreender esta categoria teórica.

No imaginário social, uma das características mais evidentes da existência de uma família é o fato dos indivíduos, geralmente ligados por laços de consaguinidade, viverem juntos sob o mesmo teto. Assim, a noção de casa implica em compartilhar um determinado modo de vida, de estabelecer uma convivência familiar. Como afirma Sarti (1996), a família compreende a casa, que está, portanto, contida na família. Viver sob o mesmo teto, ao limitar o espaço da família, traz também em seu bojo a dimensão de sua complexidade, de seus encontros e desencontros.

Pode-se considerar a família um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, há dificuldade de se definir família, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. A família é, portanto, uma

construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família” (Amaral, 2001), que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. Tal universo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem.

De acordo com Kaloustian & Ferrari (1994), a família é caracterizada como espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral de seus membros. Os autores destacam que é a família que propicia os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus integrantes. Além disso, a família possui papel decisivo na educação formal e informal, propiciando um espaço onde são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Segundo Petrini (2003), a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma forma, lhe reconstituem, sendo reconhecida como estrutura básica permanente da experiência humana. O autor afirma ainda que apesar da variedade de formas que assumiu ao longo do tempo, a família é identificada como o fundamento da sociedade.

O conceito de família precisa acompanhar a dinâmica social, que nos dias atuais é cada vez mais rápida. Compreender família é também buscar entender como a sociedade se organiza e se transforma. Para tanto, o conceito utilizado por Osterne (2004) para definir família parece contemplar essa dinamicidade:

“Família seria portanto:...algum lugar seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que possa ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o autocontrole, repreender, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante.” (OSTERNE, 2004, p.65).

Nesse contexto, pensar a família na contemporaneidade, caracterizada na multiplicidade de formas e sentidos, constitui-se uma tarefa árdua. As reconfigurações e modificações dessa instituição social, as quais impossibilitam defini-la a partir de um único modelo, levam ao que já se firma como consensualmente aceito na produção acadêmica nacional e internacional, a saber, não é mais cabível falar de família, mas de famílias (TRAD, 2010).

Assim, encontramos essa “nova família”, que se caracteriza pelas diferentes formas de organização, relação e em um cotidiano marcado pela busca do novo. Os arranjos diferenciados podem ser propostos de diversas formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar.

Segundo Ferrari & Kaloustian (2002, p.14):

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. Assim, a composição familiar pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados, uniões de pessoas do mesmo sexo, mães sozinhas com seus filhos, avós com os netos, enfim, podemos perceber uma infinidade de combinações colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

Sobre esses arranjos e rearranjos da família contemporânea, Alice Granato & Juliana De Mari (1999, p.269), afirmam que:

A mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos.

Ao longo dos anos, o conceito de família passou por várias transformações, e um aspecto de fundamental importância que repercute diretamente na dinâmica das relações familiares, diz respeito às transformações ocorridas na política econômica brasileira, que produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, observa-se uma acentuação das desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação de um estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família.

Fragilizada pelos processos e pelas mudanças que marcam a atual realidade, a família vê crescer, paradoxalmente, suas responsabilidades como mecanismo de proteção social. Reportando-se a essa realidade, Fitoussi & Rosanvallon (1996), assinalam como a desestabilização da condição salarial, a multiplicação das situações de precariedade e um massivo crescimento do desemprego vêm levando a uma "sociedade de trabalhadores sem trabalho". Nessa sociedade, o crescimento das situações de vulnerabilidade e a crise das instituições que fazem funcionar o vínculo social e a solidariedade têm obrigado cada um a dar conta de si mesmo, organizando e procurando dar um sentido à sua vida de forma mais individual e solitária.

A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. Para Kaloustian e Ferrari (1994), por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. Corroborando com este autor, Martins (1993), afirma que a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada.

No que se refere à vulnerabilidade, Sarti (2010) destaca que uma das características do segmento familiar mais vulnerável, diz respeito à organização moral que se estabelece em torno dos diversos arranjos feitos pelas famílias com seus poucos recursos. Denominada pela autora como "famílias enredadas", estas tendem a se constituir em redes, "com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos" (SARTI, 2010, p. 31).

Sobre o que a autora denominou "famílias enredadas", ela ainda conclui que esta dinâmica familiar permite que cada membro desenvolva uma concepção própria de família. No entanto, Sarti (2010) ressalta que este processo não ocorre de forma isolada da sociedade, mas inclui status, vizinhança, costumes, opinião pública, ou seja, referências com a vida pública.

A autora afirma que o conceito de família, para os mais pobres, aproxima-se da noção de rede de obrigações. No entanto, ainda observa que há uma delimitação da rede, visto que se restringe aos que convivem ou conviveram com o

grupo. “Para eles, a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2010, p. 33).

Ademais, Sarti (2010) chama a atenção para o fato de que, entre os pobres, a família assume importância central não somente em razão da rede de apoio ou ajuda mútua, justificada pela situação de desamparo social, como também vai além, pois se configura, fundamentalmente, como uma referência simbólica que organiza e ordena a percepção de mundo entre os seus, tanto dentro como fora do mundo familiar.

Singly (2010, p. 11), salienta que “as famílias contemporâneas resultam do processo de individualização que começa a inscrever-se na esfera política da Revolução Francesa”, ou seja, com a iminente sociedade moderna, a família engendra um novo desenho social, agora numa dimensão mais individualizada e privativa, o que demarca a separação e a delimitação entre esfera privada e esfera pública, substanciando alterações significativas no processo sequencial até a contemporaneidade.

No alcance da família contemporânea e em sua expressão mais vulnerável, os reflexos são ainda mais sinuosos e multifacetados, o que leva a concordar que as transformações em curso não afetam apenas o âmbito estrutural da família, na especificação da tipologia que a define, mas também modificam os papéis e as relações familiares, de modo que a pluralidade e a flexibilidade demarcam essa tão complexa instituição social. Sobre esse ponto, a autora Leny A. Bomfim Trad destaca:

No exercício de refinamento conceitual da categoria família, é preciso, contudo, escapar à tentação de adotar modelos universais e generalizantes. Deve-se considerar tal advertência tanto na análise sobre a estrutura e dinâmica da família contemporânea, como sobre os sentidos e práticas relacionados com saúde-doença-cuidado no contexto familiar. À medida que se afirma o caráter plural ou poliforme da família, reafirma-se também sua complexidade, evidenciando-se a falência de modelos explicativos de pretensão universalista. De entrada, é necessário destacar o processo de transformação de modelos e padrões familiares heterogêneo, fragmentado e marcado por ambiguidades, quando comparamos a realidade de diferentes sociedades e/ou grupos sociais (TRAD, 2010, p. 29).

Vale ressaltar que a família, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Política de Assistência Social do Brasil, é definida como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo

social. Este conceito extrapola a mera unidade econômica para fins de cálculo *per capita*, sendo vista como núcleo afetivo que vincula laços de consanguinidade, de aliança ou afinidade, circunscreve obrigações recíprocas e mútuas e se organiza por relações de gênero.

Além disso, tal conceito apoia-se no fato de que a família deve ser protegida, no sentido de ter acesso a condições básicas, tais como saúde, educação, segurança, moradia, lazer, dentre outros, para também proteger os seus. Desta forma, isso implica não só o fortalecimento de possibilidades de convívio e pertença entre os próprios componentes familiares, mas fundamentalmente pela presença protetiva do poder público de alcance ao individual e à sociedade como um todo.

Quando nos deparamos com uma pessoa em situação de rua, dificilmente paramos para nos questionar sobre as relações e vínculos afetivos daquele sujeito. O certo é que cada um carrega uma história e uma origem. Estar nas ruas pode ter sido a consequência de um longo caminho já percorrido. Assim, se parte do pressuposto de que as pessoas em situação de rua é a população que está precarizada no conjunto das condições sociais de existência, ou ainda, que as situações de exclusão são decorrentes da superposição de questões de natureza social, econômica e política.

3.2 EXCLUSÃO COMO RUPTURA DE LAÇOS SOCIAIS

A compreensão do universo relacional da população em situação de rua propõe dialogar teoricamente com outra categoria teórica, como é o caso da exclusão social, tendo em vista que este segmento populacional estaria em processo de desvinculação e isolamento social. O estudo da exclusão social é bastante explorado pelas ciências sociais e as definições são diversas. Para a compreensão do objeto de investigação, será trabalhado o conceito de exclusão social que está vinculado ao enfraquecimento ou a ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade.

De acordo com Leal (2009), no Brasil, a discussão sobre ruptura de vínculos reporta a um diálogo forte com a literatura francesa, a autora afirma que o conceito de exclusão como ruptura e fragilização de vínculos sociais começou a ser desenvolvido na França. Este conceito se desenvolveu na década de 1970, com o

intuito de dar respostas ao contexto social da época, marcado pelo aumento do desemprego, precarização dos postos de trabalho, dificuldades do estado em manter a proteção social e o surgimento da “nova pobreza”, onde segmentos da sociedade, antes estáveis, se veem atingidos pelos problemas sociais e econômicos que afetaram a Europa como um todo.

Nascimento (1994), destaca que estes problemas enfrentados na Europa já eram comuns à sociedade e que, no Brasil, podemos falar em um princípio excludente, causado pela histórica desigualdade social e econômica do nosso país. A história da colonização brasileira, segundo o autor, teve como fator fundante a escravidão, que é a exclusão em sua forma mais perversa e atroz. Sales (1994) relata que a experiência colonizadora no Brasil caracterizou-se por um processo de ocupação caótica dos territórios, assentada na escravidão, como referido, e configurada pela primazia dos interesses privados, pelo autoritarismo e pela violência.

Desta forma, Nascimento (1994) fala de uma “velha exclusão”, marcada por aspectos como uma pobreza passada de geração a geração e por grupos sociais (mulheres, negros e índios) que são historicamente discriminados, mesclada a uma “nova exclusão”. Para o autor, as novas facetas da exclusão social, contemplam questões como desemprego e subemprego, dificuldades do Estado em manter uma proteção social e também o processo de individualização, comum a sociedade contemporânea, que causou impacto direto nas relações familiares e comunitárias.

Do período Colonial até a República, o país foi mudando, consolidou-se como nação, se desenvolveu e modernizou-se, chegando ao século XXI inserido em um contexto globalizado, porém, conforme explica Silva (2009), mergulhado em crises estruturais, que provocaram mudanças profundas no mundo do trabalho, a expansão do capital financeiro, além de reorientações nas funções do Estado, transformações que só reforçaram as desigualdades sociais e intensificaram o quadro da pobreza e da exclusão social.

O fenômeno da exclusão social ganhou força no cenário acadêmico na década de 80, sendo fundamental a distinção entre pobreza e exclusão social que, como coloca Escorel (1999), à época era tido como conceito de “nova pobreza”. Essa denominação não se refere a uma nova forma de ser pobre, e sim a grupos populacionais que se pauperizaram em massa e que poderiam até estar inseridos

socialmente através de benefícios assistenciais e do sistema econômico, mas que acabaram por juntarem-se aos já tradicionais pobres. Desta forma, houve o achatamento da classe média e muitos destes migraram para o lado mais fraco da balança. No que diz respeito à relação entre pobreza e exclusão social, Martins observa que:

“É preciso estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de consequências. Estamos longe do tempo em que pobre era quem não tinha apenas o que comer. [...] a realidade da pobreza inclui hoje mais do que a comida [...]” (MARTINS, 2007, p.18).

Quanto ao conceito de exclusão social, tomemos como base a análise de Escorel sobre o tema:

“[...] a combinação paradoxal de formação e ruptura de vínculos sociais possibilita compreender uma realidade que se apresenta fragmentada (e não dualizada) envolvendo diversas modalidades de processos de integração/exclusão social. A acentuação da exclusão social como processo não lhe retira a característica de designar também um estado, mas este coexiste e está conjugado a diversas outras situações de vulnerabilidade e fragilização de vínculos que não são necessariamente de ruptura total ou de exclusão (ESCOREL, 1999 p.74)”.

Considerando a exclusão social como um processo de ruptura e fragilização dos laços sociais, entendendo que estes laços são aqueles que integram a sociedade capitalista a seus indivíduos. Desta forma, o que mais se destaca na literatura é o laço do trabalho assalariado. Barel (1990) defende a tese de que o trabalho assumiu o papel de “integrador”, já que desde os primórdios da sociedade capitalista, assumiu um importante instrumento de integração dos indivíduos à sociedade. O trabalho, além de fornecer recursos para a reprodução da vida, também determina lugar na estrutura social e cumpre sua função de organização e manutenção da sociedade capitalista.

Assim, diante do significado assumido pelo trabalho para a reprodução da vida social, as sociedades capitalistas teriam vivido nos últimos séculos uma “civilização do trabalho”, ou seja, uma “ordem humana na qual toda a sociedade e todos os seus componentes começam a se articular ou a se rearticular em torno do trabalho” (BAREL, 1990, p.91).

Castel (1998), em seu estudo sobre a “sociedade salarial”, na França, define o trabalho como “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”.

Segundo o autor, a importância dada ao trabalho se deve ao fato de o mesmo ser uma porta de inserção social, de participação na vida coletiva da sociedade, sendo a matriz de uma condição social estável que associa garantias e direitos aos trabalhadores e seus familiares, os não-assalariados, e até mesmo alguns que não estão ativos, como no caso dos pensionistas e aposentados.

No entanto, com o aumento do desemprego e a precarização dos postos de trabalho, observa-se o fenômeno que Castel (1998) definiu como a “degradação da sociedade salarial”. Neste contexto, milhares de pessoas perdem a identidade conferida pelo trabalho, assim, instala-se um clima de incerteza e a insegurança das pessoas face ao presente e ao futuro, e aqueles que não possuem trabalho remunerado são estigmatizados como inúteis. O autor considera que estas pessoas passam a ficar mal integradas à sociedade, ou “em processo de desfiliação”, sob o forte risco de não encontrar mais nela um lugar social reconhecido.

Castel (1998) opta por utilizar o termo “desfiliação” em detrimento de exclusão social, pois, para o autor, existe uma ruptura da rede de integração primária, ou seja, o sistema de regras que faz o grupo ter o sentimento de pertencer ao local que se vincula e não uma expulsão da sociedade como um todo. O autor define que:

“[...] exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas. (...) Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. (...) dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados.(...) Encontram-se desfiliaados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro.” (CASTEL, 1998, p. 569).

Desta forma, para este autor, o trabalho, principalmente nas classes populares, funciona como indutor que atravessa todos os outros campos relacionais, como família, escola e vizinhança, sua ausência, acarretaria um desastre relacional gradativo. A partir da categoria de “desfiliação social”, Castel assim define as fases do processo: no eixo da integração pelo trabalho a situação desloca-se do emprego estável para o emprego precário e, por fim, à expulsão do mesmo; já no eixo das redes familiares e de sociabilidade – como consequência do desmantelamento do primeiro eixo – a situação passa de uma inserção relacional forte à fragilidade relacional e, por último, ao isolamento social (CASTEL, 1998).

Paugam (1999), traz em seus estudos o conceito de desqualificação social, que é definido como:

“[...] movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. [...] o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência.” (PAUGAM, 1999, p.70).

Segundo Paugam (1999), o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais constituem uma dimensão essencial que caracteriza o processo de desqualificação social. Para o autor, esse enfraquecimento dos vínculos sociais diz respeito às duas primeiras fases da desqualificação social, a fase da fragilidade e a fase da dependência. A última fase do processo de desqualificação se refere à total ruptura dos vínculos sociais. Essa fase, segundo Paugam, se caracteriza por um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização:

“[...] cessam todos os tipos de ajuda, num momento em que as pessoas enfrentam problemas em todos os setores da vida. Elas saem das malhas da proteção social e deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização.” (PAUGAM, 1999, p.78).

Em sua pesquisa sobre a condição dos excluídos moradores de rua, Escorel (1999), considera que a exclusão social, enquanto processo, envolve trajetórias de vulnerabilidade que levam à rupturas parciais dos vínculos sociais em várias dimensões da vida social, podendo chegar à ruptura total. São elas:

“O mundo do trabalho: as trajetórias de vulnerabilidade dos vínculos com essa dimensão social ocorre num contexto de diminuição dos postos de trabalho, precarização, instabilidade ocupacional e dificuldades de inserção da mão-de-obra não-qualificada. A exclusão do mundo do trabalho se caracteriza especialmente pelo fato de que tem aumentado o contingente populacional economicamente desnecessário e supérfluo ao sistema capitalista. A dimensão sócio-familiar: as transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar e o vínculo com a comunidade podendo inviabilizar o suporte e a unidade familiar, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão.” (ESCOREL, 1999 p.75).

Escorel (2000), defende que pensar a exclusão social, no contexto brasileiro, é considerar a lógica pela qual esta sociedade articula seus domínios de integração e de exclusão, para além da dualidade, em atenção ao caráter relacional

e hierárquico que possibilita a constituição de vínculos sociais entre os ditos “excluídos” e entre estes e os “incluídos”. Segundo Arendt (1989) apud Escorel (1999, p. 81):

“Na dimensão humana, no mundo da vida, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de animal laborans, cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida. Expulsos da idéia de humanidade sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer), não interpela responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual torna-se permanente o processo de morrer”.

Para essa mesma autora, na dimensão sócio familiar, verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de fragilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações decorrentes da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar, podendo inviabilizar os suportes, proteções e reconhecimentos aos seus membros.

Petrini (2003), afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz, depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos. Observa-se, neste contexto, um terreno fértil para a fragilização ou até mesmo o rompimento de vínculos familiares.

De acordo com Lima (2008), no que se refere à perda dos vínculos familiares das pessoas em situação de rua a autora conclui que:

“o morador de rua apresenta um isolamento do núcleo familiar que gera sérias implicações, dentre elas, o fato de “não ter lugar no mundo”, não ter para onde voltar e ser amparado, isto é, gera um sentimento de estar sozinho no mundo.” (LIMA, 2008, p.53).

Escorel (1999), quando analisa o mundo dos habitantes da rua, a partir do processo de ruptura desde a precarização do trabalho até a expulsão do mercado, conclui que esse processo de ruptura social é, sem dúvida, um isolamento do mundo, das instituições e da família.

Assim, podemos concluir que as pessoas em situação de rua representam um segmento social que expressa a pobreza em sua forma extrema e revela aspectos que reforçam cotidianamente sua condição de exclusão, desenraizamento e privação. Estes sujeitos podem ser considerados o retrato mais cruel de um processo de exclusão, já que, estar nas ruas muitas vezes representa o estado de maior fragilização do indivíduo, onde ele não é percebido como cidadão, mas como produto de um sistema que tem na desigualdade social combustível para seu efetivo funcionamento. Refletir sobre esse segmento é, também, refletir sobre tudo que lhe falta e sobre tudo que, até então, lhe foi negado, não sendo possível sua compreensão desvinculada da categoria de exclusão social.

3.3 O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O surgimento da população em situação de rua remonta a história das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da denominada acumulação primitiva. De acordo com Silva (2009), nessa época os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente das cidades os absorvesse, com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis. Este foi um fenômeno que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental e foi caracterizado como pauperismo. Segundo a autora, muitos desses indivíduos se transformaram em mendigos e ladrões, e na grande maioria dos casos por força das circunstâncias. Para Marx, essa categoria é formada por indivíduos que:

“[...] sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva.” (MARX, 1984, p. 209).

O pauperismo e todas suas formas degeneradas constituem uma condição de existência do capitalismo. É diante deste contexto, que surge o fenômeno da população em situação de rua, no final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista.

O surgimento da “nova pobreza” ocorreu num contexto de mudanças do processo produtivo e da dinâmica de acumulação capitalista, cujas consequências desastrosas atingiram grupos sociais até então distintos dos tradicionalmente assolados pelas flutuações econômicas, sujeitos que pareciam inseridos no usufruto dos benefícios provenientes do desenvolvimento econômico e da proteção social. O núcleo duro destas transformações ancorou-se na crise do assalariamento como mecanismo de inserção, que gerou diminuição de empregos e o encolhimento das oportunidades de solidariedade e de participação social (SCOREL, 1999).

Assim, é possível perceber que as condições histórico-estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas, são as mesmas que originaram o capital e asseguram a sua acumulação.

Silva (2009), destaca que uma das principais características da população que vive nas ruas é sua heterogeneidade, assim, a autora trata o fenômeno como uma síntese de múltiplas determinações. A autora enfatiza que o reconhecimento da multiplicidade de determinações é um dos poucos consensos debatidos pelos autores que trabalham a temática. Destaca ainda como principais motivos de permanência nas ruas; rupturas dos vínculos familiares e comunitários, inexistência de um trabalho formal e a ausência ou insuficiência de renda, além do frequente uso de álcool e outras drogas.

A heterogeneidade que caracteriza este segmento social gerou, no Brasil, ao longo dos últimos trinta anos, inúmeras expressões para nomear essas pessoas que ocupam os espaços públicos para morar e sobreviver, principalmente veiculadas através dos meios de comunicação, tais como: desabrigados, favelados, desocupados, mendigos, vagabundos, malandros, bandidos, andarilhos, migrantes, retirantes, trecheiros, subempregados, bóias frias, bêbados, doentes mentais, loucos, vadios, maloqueiros, entre outras (ROSA, 2005).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, define este segmento da população da seguinte forma:

“trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se

caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.” (Brasil, MDS. Política Nacional para a População em Situação de Rua. 2009).

Pimentel (2005), em sua pesquisa etnográfica com pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza, defende que uma definição rígida deste segmento populacional acarretaria no “engessamento” de uma realidade tão complexa e diversa. De acordo com a autora, uma definição assim:

“Apagaria as histórias que acontecem no cotidiano, experiências particulares que se escondem nas ruas, nas praças e marquises da cidade. Compreendo que as histórias de vida, estão na esfera do ordinário, são inscritas silenciosamente no burburinho, numa rede de relações entre os que moram na rua e outros atores que frequentam ou trabalham nesse espaço.” (PIMENTEL, 2005, p.12)

Ainda para a mesma autora, as pessoas em situação de rua caracterizam-se como sujeitos nômades, percorrendo vários espaços da cidade, tendo como ponto fixo apenas o lugar onde dormem. A autora enfatiza que é este nomadismo que faz deste sujeito “invisível” na cidade. Desta forma, a “invisibilidade” é uma das principais características desta população, já que um dia ocupam praças, no outro, marquises, estão presentes nos comércios, de uma forma que, todos os dias cruzamos com estes sujeitos, mas não os percebemos.

De acordo com Frangella (2004), entende-se que o nomadismo subjaz aos mecanismos e estratégias de sobrevivência da população de rua, uma vez que esta se encontra buscando continuamente recursos para se manter, por isso, perambula de um lugar para outro ou, muitas vezes, está associado à expulsão constante dos locais onde repousam. A autora expõe que, enquanto nômades, os moradores de rua percorrem vários espaços da cidade, sendo difícil precisar sua trajetória, pois quase sempre só têm como ponto fixo o local de dormida.

Pimentel (2005), destaca a capacidade que as pessoas em situação de rua têm de ocupar os espaços públicos e modificá-los ao seu modo, dando ao local características muito próprias da natureza do seu habitante. Essa é uma das formas que o nômade tem de demarcar seu território, anunciando a sua presença, fazendo parecer que há duas urbes, uma imersa na outra.

A autora ainda destaca que, outro aspecto importante a ser entendido no universo das ruas é que as mudanças de território não são raras, sejam por questões naturais como chuvas, inundações, por ações involuntárias, como reforma de prédios abandonados, praças, ações policiais ou ainda em virtude da “saturação” do território e a procura de outro. A “saturação” do território deve ser compreendida como a desqualificação da sua função imediata, ou seja, os atrativos e benefícios do local não são mais presentes.

A obtenção de renda e a busca por locais para higiene pessoal também impulsionam essa população a ocupar os centros comerciais, como o entorno de supermercados, feiras, bancos, lojas, dentre outros. As unidades de assistência a este segmento da população também são importantes pontos de atração, já que muitas oferecem alimentação, banho e local para dormir.

No entanto, apesar desta intensa movimentação geográfica, as pessoas que vivem nas ruas tendem a estabelecer um perímetro territorial de circulação, ou seja, são itinerantes dentro de um espaço delimitado. Assim, é possível encontrá-los sempre circulando no mesmo quarteirão, praça ou bairro. Porém, a territorialização se dá de forma distinta, quando se trata de grupos familiares e indivíduos sozinhos ou em duplas, já que as famílias, normalmente buscam espaços para se fixar e reconstituir minimamente a rotina doméstica e os demais buscam meios de sobrevivência (ESCOREL, 2000).

Lima (2008), neste sentido afirma que, as pessoas em situação de rua fazem a inversão da casa pela rua, ou seja, do privado pelo público. Esta inversão se expressa no exercício de suas vidas privadas no espaço público, já que, frequentemente tomam banho em torneiras públicas, fazem sexo nos bancos das praças e dormem ao relento. Ambigualmente, o que deveria ser realizado em espaço coletivo, seu labor, por exemplo, é realizado no que se considera sua “casa”, ou seja, a rua.

Assim, as pessoas em situação de rua invertem a lógica entre o público e o privado. O que para o senso comum é identificado como privado, que se compreende como algo reservado, individual e familiar é onde as necessidades pessoais são atendidas. Arendt (1991) afirma que aquilo que é privado está oculto aos olhos do outro, é indizível, muitas vezes, a dor, o sofrimento está na esfera do privado.

Outro aspecto pertencente ao universo privado é a propriedade, no sentido de “ter um lugar seu no mundo”, deste modo, o espaço privado representa aquilo que lhe é próprio. “A propriedade (...) está relacionada com cidadania, igualdade, proteção das leis e segurança. Ser político significa atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado significa deixar de ser humano” (ESCOREL, 1999, p.232).

Calvino (1997), explica que estes sujeitos pertencem a uma cidade invisível, onde as leis são impostas por aquele que detém o poder, onde é possível comer no chão, dormir sobre papelões, andar sempre a pé, não trabalhar, mas ter garantia de alimentação diária, podendo passar dias sem tomar banho, divertir-se em rodas de cachaça e caminhar um dia inteiro sem ter o que fazer.

Rosa (2005), observa que a população de rua possui trajetórias diversas, constituídas de histórias de vida que se assemelham e também se misturam, onde se observam níveis significativos de perdas e rupturas radicais que vão se refletir nas ações cotidianas dessas pessoas, nas formas como vão construir suas identidades, como vão viver e sobreviver e se apropriar do espaço público. O grau de dignidade parece distante, pois inseridos num “doloroso processo de perdas, vivem como se estivessem diante de um abismo entre um mundo de recordações passadas e desejo de vida melhor e uma realidade social avessa à vida” (ROSA, 2005, p.77).

Lima (2008) afirma que sair de casa e ir morar na rua representa um momento de ruptura que o sujeito trava. Neste movimento, sempre existe uma representação simbólica, que acontece geralmente quando se perde o emprego, no momento de uma separação conjugal, brigas com os pais, morte da mãe, mesmo que este não seja o motivo principal da ida para a rua. A autora ainda enfatiza que, este sujeito vai perdendo as referências com as instituições formais, como trabalho, escola, família, entrando assim no processo de nomadismo e desenraizamento.

A liberdade é assim um aspecto extremamente aparente quando se pesquisa sobre as pessoas em situação de rua. Damatta (1990), em sua abordagem coloca que, no domínio da rua, o indivíduo é caracterizado como livre, definindo as regras do mundo em que vive. O autor define que a rua como morada define o indivíduo como ocupante de um espaço subvertido. “Sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua” (DAMATTA, 1997, p.20).

Compreender o universo das pessoas que tem a rua como seu local de moradia e sobrevivência é essencial para conhecer o processo de proteção social destes sujeitos, através de políticas públicas específicas para este segmento da sociedade. Para tanto, é fundamental compreender o caminho da inclusão das políticas públicas em nossa sociedade até chegarmos a implementação da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua.

Souza (2006), destaca que existe uma variedade de conceituações sobre políticas públicas, no entanto, a autora destaca algumas das principais definições sobre a temática. A autora cita alguns dos principais teóricos do tema, para a compreensão de uma definição sobre políticas públicas. Celina Souza, Mead (1995) define políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, já Lynn (1980), caracteriza como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Porém, Souza (2006) destaca que a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Bravo e Pereira (2002), afirmam que política pública é uma ação coletiva, que tem por objetivo a concretização dos direitos sociais, demandados pela sociedade e previstos nas leis. Desta forma, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços.

Souza (2006), ainda destaca que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, assim, qualquer teoria da política pública precisa também explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade. A autora enfatiza que, “do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos” (SOUZA, 2006, p.6).

Lowi (1972) desenvolveu uma das mais difundidas tipologias sobre política pública, elaborada através da premissa de que a política pública faz a política. De acordo com o autor, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro diz respeito às políticas distributivas, que partem de decisões tomadas pelo governo, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas

regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro formato é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de indivíduos e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros, em geral, são as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

As políticas públicas voltadas para a população em situação de rua estão categorizadas como políticas sociais. Abranches, (1987) afirma que a política social reflete a direção política das relações econômicas. Para o autor, ela representa a combinação imposta pela correlação efetiva de forças e incentivos ao crescimento, provendo recursos para a subsistência dos mais carentes e ações de caráter redistributivo, com o objetivo de alcançar um patamar de equidade social. Essa definição de política social se inscreve numa ação redistributiva, concepção política que não se perde no jogo do poder ou no desequilíbrio de forças, mas se insere numa ação estatal de alocação e distribuição de valores.

Quando pensamos em população em situação de rua e as políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade, precisamos compreender que as questões relacionadas à pobreza e exclusão social não são características eminentes da sociedade contemporânea. De acordo com Geremek (1995), a pobreza não foi uma invenção, todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das condições materiais e da força física dos homens. As ações de assistência e estratégias de combate a tais situações também não representam um novo recurso, assim, as práticas de assistência aos pobres estão presentes desde os tempos mais antigos e em diversas sociedades.

Castel (2008), afirma que as ações socioassistenciais já se configuravam no Ocidente Cristão, desde os séculos XII e XIII de forma complexa, apresentando características de uma política de assistência moderna. Desde então, eram observados aspectos relativos a uma “classificação e seleção dos beneficiários dos socorros, esforços para organizá-los de um modo racional sobre uma base territorial, pluralismo das instâncias responsáveis, eclesiásticas e laicas, privadas e públicas, centrais e locais” (CASTEL, 2008, p.95).

O autor ainda destaca que a assistência aos pobres ganha maior impulso por volta dos séculos XIV e XV com o renascimento urbano, desenvolvimento das cidades e a intervenção de instituições religiosas nas ações de socorro aos necessitados. Nesta época, a população pobre era classificada em duas categorias de assistência: “os pobres envergonhados e os mendigos válidos” (CASTEL, 2008, p.95). No entanto, com as mudanças profundas que ocorreram na Europa, após um período de pestes, fome e guerras, implicaram em uma nova forma de se conceber e tratar a pobreza. As mudanças nas estruturas de produção no campo levaram a migração de uma quantidade significativa de camponeses para as cidades, buscando condições de sobrevivência, o que os levou a vivenciarem situações críticas de indigência e de miséria.

A Revolução Industrial e a conseqüente consolidação do modo de produção capitalista trouxe como resultado uma pauperização em massa dos trabalhadores que, vítimas da exploração intensiva da força de trabalho, aos poucos começam a se organizar em sindicatos e partidos proletários reivindicando melhores condições de trabalho e proteção social, (YASBECK, 2010). Desse modo, as lutas sociais ocorridas em meados do século XIX na Europa e a organização da classe trabalhadora, colocaram em evidência as questões relativas às condições de vida e de trabalho desse segmento, pressionando os governos a adotarem legislações e medidas protetoras.

Scorel (1999) destaca que estas lutas levaram a ações públicas de proteção social dirigidas especificamente aos trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho, ficando a assistência social destinada aos comprovadamente inválidos. Nesse contexto, Yazbeck (2010) afirma que com o incremento da área industrial e o processo contínuo de urbanização das cidades, o Estado cria mecanismos que se complementam ao suporte “familiar, religioso e comunitário de proteção social até então vigente, configurando a emergência da política social nas sociedades industrializadas” (YAZBECK, 2010, p.3).

As primeiras políticas sociais, conforme assinalam Behring & Boscheti (2007) foram surgindo gradativamente e de forma diferenciada entre os países e dependiam dos movimentos de organização e pressão das classes trabalhadoras, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de forças no âmbito do Estado. O final do século XIX se configura como o período em que o Estado capitalista passa a realizar ações sociais de forma mais ampla, organizada,

com planejamento e com “caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.64).

No início do século XX, a partir da crise econômica de 1929, as políticas sociais se ampliam, tendo por base o modelo keynesiano, em que o Estado passa a intervir e regular os interesses econômicos do capital e as demandas dos trabalhadores, através de um consenso com o objetivo de abrandar as diferenças sociais e desigualdades causadas pelo livre funcionamento dos mercados (YAZBECK, 2010). É observado então, crescimento significativo de programas e serviços de proteção social efetivados pelo Estado que procurava oferecer condições mínimas de vida para todos os cidadãos, enquanto questão de direito social.

Segundo Escorel (1999), após a 2ª Guerra Mundial, se consolida no continente Europeu o Estado de Bem Estar Social, marcado por uma “passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania)”. (ESCOREL, 1999, p.34) Dessa forma, o Estado passa a assumir a responsabilidade pelo bem estar de seus sujeitos e a proteção social passa a ser um direito de todos os cidadãos. De acordo com Yazbeck (2009), as ações do Estado através das políticas sociais e sua relação com a assistência e os usuários apresentam um caráter contraditório, uma vez que procuram dar respostas aos interesses das classes dominantes e ao mesmo tempo tentam atender as necessidades dos trabalhadores e das populações mais pobres. Nesse sentido, Yazbeck (2009) destaca que:

“A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido, campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado.” (YAZBECK, 2009, pg.64)

Segundo Yazbeck (2010), o estado de Bem Estar Social perdurou até o início dos anos 1970 quando, começa a entrar em crise e o sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego começa a sofrer alterações, assumindo outras características. As funções do Estado também passam por profundas alterações de ordem econômica e política na maioria dos países capitalistas e vão se refletir

posteriormente no Brasil com a “emergência de novas manifestações e expressões da questão social” (YAZBECK, 2010, p. 8).

No Brasil, até o final do século XIX, a assistência era prestada através de obras sociais, filantrópicas e ações promovidas por ordem religiosas, além de uma rede de solidariedade formada por famílias ricas que realizavam a caridade aos mais pobres. Behring e Boschetti (2007) observam que no contexto brasileiro do final do século XIX e início do século XX a questão dos direitos sociais e o acesso a estes era algo inexistente e só na década de 1920 é que a realidade começa a sofrer mudanças significativas. Porém, as primeiras formas de acesso a direitos estavam vinculadas a inclusão formal na esfera do trabalho, de algumas poucas categorias, através de fortes pressões por parte destas pela atuação dos primeiros sindicatos. Nesse sentido, a proteção social brasileira baseada no seguro social, excluiu durante várias décadas muitos segmentos sociais que não estavam inseridos no mercado formal de trabalho e, desse modo, não podiam acessar os benefícios e serviços que estavam relacionados aos riscos sociais, em especial os serviços de saúde.

Segundo Bulla (2003), a partir da década de 1930, o Brasil entra em uma fase de maior desenvolvimento econômico, apresentando avanços nos processos de industrialização, o que levou a uma maior concentração da população nas áreas urbanas. De acordo com a autora, “na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração de renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravamento da questão social”. (BULLA, 2003, p.5). Nesse contexto, o governo populista de Getúlio Vargas, aos poucos vai ampliando os direitos das classes trabalhadoras e abrindo espaço para efetivação das primeiras políticas sociais (YABECK, 2010).

Por volta da metade da década de 1970, Yazbeck (2010) destaca que se observa um avanço gradativo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta por mudanças e reformas no que se refere ao papel do Estado no âmbito político e social, que se fortaleceriam entre os anos de 1980 e 1990. As mudanças e reformas ocorridas foram, dessa forma, consequência de processo de lutas de vários setores e movimentos sociais que já se configurava no período final da ditadura no país, tornando-se emergente e irreversível em meados da década de 1980, quando as pressões por mudanças constitucionais por parte da

população brasileira e o anseio por uma gestão democrática e participativa não podia mais deixar de acontecer (YAZBECK, 2010).

Sposati (2009), afirma que a promulgação da Constituição Federal, em 1988, trouxe para o campo da assistência social, amplas inovações. A Constituição passa a ser o marco legal para as transformações e redefinições que irão ser operacionalizadas na assistência social no país, sendo esta qualificada como política de seguridade social, cujo texto Constitucional em seu artigo 194 expõe:

“Art. 194 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”
(Constituição da República Federativa do Brasil – 05/10/1988)

No entanto, apesar do grande avanço do campo da proteção social, trazida pela Constituição, somente cinco anos mais tarde é que a assistência social será regulamentada como política pública através da Lei Nº. 8742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que irá tratar da definição e objetivos da assistência social, além de seus princípios e diretrizes, organização e gestão, financiamento, entre outras questões. Assim exposto, a LOAS, em seu artigo primeiro, deixa claro que “a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado” e que se trata de uma “política de seguridade social não contributiva”, devendo “prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade”, com o intuito de “garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS – 07/12/93).

O ano de 2004 é marcado pela criação da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que assinalou para a necessidade de construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, um requisito já apontado na LOAS, considerado necessário e de fundamental importância para a efetivação da assistência social como política pública. Desse modo, a aprovação da PNAS, em 2004, e da Norma Operacional Básica - NOB, em 2005, materializou o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O SUAS tem o objetivo de assegurar e concretizar efetivamente a proteção social a todos os cidadãos que dela necessitar, incluindo sob essa proteção os segmentos mais vulnerabilizados e que se encontravam excluídos da atenção das políticas sociais, entre estes, no caso do estudo aqui proposto, a população em situação de rua.

Conhecer o percurso para a efetivação da assistência social como política pública, no Brasil, é essencial para a compreensão de como as pessoas em situação de rua estão inseridas no sistema de proteção social. Este segmento social está contemplado no SUAS, dentro do campo da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, através do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, realizado pelo Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP e unidades de abrigamento.

O ano de 2005 dá início a um período que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para pessoas em situação de rua, procedendo a alteração no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 8.742, de 1993, LOAS. A partir de então são instituídas algumas ações que objetivaram propor políticas públicas para a inclusão deste segmento da população. A lei 11.258 de 2005 pode ser considerada um marco neste processo, pois modificou a Lei Orgânica da Assistência Social, incluindo a população em situação de rua nos programas de amparo da assistência social. Segundo a Lei:

“Art. 1º O parágrafo único do art. 23 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 23. Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; II – às pessoas que vivem em situação de rua.” (BRASIL, 2005)

O ano de 2009 pode ser considerado um marco no que diz respeito à luta por reconhecimento e direitos a população em situação de rua, pois, em dezembro deste ano, foi instituída, através do Decreto nº 7.053, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, assim como também foi criado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP. Vale lembrar que a Política Nacional para População em Situação de Rua é fruto de processo organizativo do Movimento Nacional População em Situação de Rua – MNPR e entidades de apoio.

Neste mesmo ano foi também instituída a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua. Tais serviços se constituem como responsabilidade

da Proteção Média Complexidade – PSE, inserida na Política de Assistência Social. A Política Nacional para População em Situação de Rua prevê objetivos para diversas políticas públicas, estabelecendo responsabilidades na garantia do atendimento com qualidade e respeito à autonomia do sujeito.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua trouxe uma nova discussão para um antigo problema existente desde o surgimento das grandes cidades e que é crescente devido à crise do capital e ao fortalecimento do neoliberalismo. De acordo com Moraes: “O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça”. (MORAES, 2002, p.21).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua enfoca a intersetorialidade como estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam os direitos das pessoas em situação de rua, nas diversas políticas públicas. Esta política propõe o atendimento integral desse segmento da população, através da integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho e renda, habitação, cultura, esporte e lazer, segurança alimentar e nutricional.

Ainda no ano de 2009, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no Brasil, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que permitiu a ampliação do conhecimento deste grupo populacional. Assim, este levantamento permitiu caracterizar esta população que vive em situação de rua e serviu de instrumento para a elaboração e implantação de políticas públicas para este segmento. A pesquisa traz dados que possibilitam compreender a heterogeneidade deste público, através de dados como situação socioeconômica, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa etária, fontes de renda, relações e vínculos estabelecidos, dentre outros aspectos.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizada no período entre agosto de 2007 e março de 2008, sendo considerados 48 municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, 22 capitais de estado e o Distrito Federal, totalizando 71 cidades brasileiras pesquisadas. Foram

excluídos os municípios que já tinham, recentemente, realizado pesquisas semelhantes, são eles: São Paulo (2003), Belo Horizonte (2005), Recife (2005) Porto Alegre (2007).

Na época, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua (maiores de 18 anos), número que somado às pesquisas já existentes gerava um quantitativo aproximado de 50.000 pessoas vivendo em situação de rua. Algumas pessoas em situação de rua se recusaram a fazer a entrevista e somaram 13,4% (4.275 pessoas). A proposta metodológica da pesquisa utilizou um questionário mais simples (19 perguntas) com todos os entrevistados e um questionário mais amplo (62 perguntas) com 10,4% dos entrevistados para o alcance de mais informações com aqueles que se dispuseram relatar mais elementos. As entrevistas foram realizadas tanto nas ruas (72,5%), como nos espaços de acolhimento noturno, como albergues, abrigos e casas de passagem (27,5%).

A pesquisa revelou uma população predominantemente masculina de 82% e 18% de mulheres. Os dados acerca da faixa etária são, entre homens e mulheres, respectivamente: 18 a 25 (15,30%; 21,17%), 26 a 35 (27,91%; 31,6%), 36 a 45 (25,5%; 23,00%), 46 a 55 (17,44%; 13,36%), mais de 55 (13,84%; 11,42%).

No que diz respeito à raça/etnia, 67% se declaram pardos ou negros, número substancialmente maior se comparado aos dados nacionais que englobam a população em geral, na sua diversidade de segmentos sociais: 44,6%; 29,5% se declaram brancos, um quantitativo bem menor em relação ao nacional: 53,7%. Em um universo de 27.647, os dados sobre escolaridade são: 15,1% nunca estudou; 17,1% não sabem ler e escrever; 8,3% assinam o próprio nome; 48,4% não concluiu o ensino fundamental; 95% não estudam mais; 3,8% fazem algum curso formal ou profissionalizante. Um dos dados sobre escolaridade nos chama atenção: 0,7% disseram ter curso superior completo, o que equivale a 2.787 pessoas.

Dos motivos que ocasionaram a ida para as ruas foram colocados: alcoolismo e/ou drogas 35,5%, desemprego 29,8%, desavenças com pai, mãe e irmãos 29,1%. Ressalta-se que 71,3% citaram esses motivos de forma relacional. Considerando isso, quase metade da população em situação de rua (48,4%) está na rua há mais de dois anos e cerca de 30% está há mais de cinco anos. Parte considerável dos entrevistados, 45,8%, vive nas ruas do município em que nasceu e 30,3% deslocou-se de município no mesmo estado, ou seja, 76,1% pertencem ao seu município ou estado de origem.

A questão do vínculo familiar é abordada na pesquisa e indica que 51,9%, mais da metade das pessoas em situação de rua entrevistadas possui algum parente na cidade em que vive. Destes, 38,9% não mantém contato; 34,4% mantêm contato diário, semanal ou mensal e 14,5% mantêm contato a cada dois meses ou um ano. Algumas pessoas em situação de rua possuem contato com familiares de outro município, o que nos revela outros dados: 95% do total de entrevistados ainda tem algum parente na cidade em que mora ou em outra cidade e 40,9% mantêm contato com algum membro da família.

Apesar da desatualização dos dados coletados, a pesquisa tem relevância, como aponta Escorel (2009), pela oportunidade de aproximar-se desses sujeitos e perceber o que há de particular entre os mesmos, pois se trata de um público diverso que não cabe em uma definição homogênea. Rever esses dados também é a possibilidade de interpretá-los e trazer novos elementos para a discussão.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cabe à política de Assistência Social possibilitar o acesso da população em situação de rua aos benefícios socioassistenciais e aos programas de transferência de renda, promover articulações entre as políticas públicas, estruturar serviços de acolhimento temporários e implementar os Centros POP.

A implantação de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, Centro Pop, é então uma estratégia do Estado para dar respostas às necessidades desse segmento social e dar visibilidade a essa população e desestigmatizá-la, pois passa a considerar a “situação de rua” como fruto da extrema pobreza e não uma opção do indivíduo, portanto, responsabilidade do poder público.

De fato, é recente a visibilidade que a população em situação de rua ganhou nos debates governamentais e na sociedade, portanto, aponta-nos para enormes desafios na perspectiva de garantir direitos sociais, como afirma Maria Lúcia Lopes da Silva:

No processo de enfrentamento desse fenômeno por meio de políticas públicas, apesar dos limites que esse tipo de enfrentamento possui no que se refere à alteração das causas estruturais do fenômeno, os direitos sociais. Sabe-se que essa conjugação é um desafio e um percurso inédito das políticas públicas no país. Entretanto, é uma conjugação necessária na perspectiva da cidadania e respeito à condição humana das pessoas em situação de rua. (2006, p. 193).

As iniciativas do Governo Federal, relacionadas anteriormente, são inéditas e necessárias na direção do enfrentamento do fenômeno da população em situação de rua. O fato é que nos últimos anos este segmento social ganhou maior visibilidade entre o poder público e a sociedade em geral. Assim, para o desenvolvimento deste estudo é fundamental entender de que forma as políticas públicas atuam na garantia de direitos das pessoas em situação de rua.

O próximo capítulo dedica-se a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de campo, onde através das narrativas dos sujeitos entrevistados, buscou-se desvendar os objetivos deste estudo.

4 RETRATANDO A REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, através das narrativas dos sujeitos entrevistados, será analisado com maior profundidade o *viver nas ruas*, que por sua complexidade não abarcará todos os seus aspectos. Desta forma, por questões metodológicas, elencamos em tópicos as questões que nortearam esta pesquisa e que tratam sobre as relações familiares, os vínculos de solidariedade e afetividade construídos nas ruas e a percepção destes sujeitos sobre a política pública destinada a este segmento social.

4.1 RELAÇÕES FAMILIARES: FRAGILIDADES E RUPTURAS

Analisar a população em situação de rua sob a perspectiva de suas relações familiares pode parecer à primeira vista contraditório, já que viver nas ruas está muitas vezes associado a uma desvinculação com a esfera sociofamiliar. As pessoas que utilizam a rua como seu local de moradia e/ou subsistência são, em geral, consideradas pelo senso comum como desprovidas de família. Assim, estes sujeitos são compreendidos como pessoas solitárias, abandonadas e impotentes diante de um contexto social de exclusão. De forma ambígua, também são percebidos como vagabundos, desviantes, inadaptáveis ao trabalho e que, por isso, apresentam um “potencial criminoso” que ameaça a ordem pública.

Nesta seção, tomo como enfoque os relatos das pessoas em situação de rua sobre a família, expressas nos discursos e narrativas que buscam justificar o ingresso à vida nas ruas. Assim, serão apresentados os usos e sentidos que as relações familiares continuam a representar para esses sujeitos, a despeito de sua fragilidade, na rede de relações tecidas nas ruas.

4.1.1 As relações familiares e a ida para as ruas

Investigar sobre a história familiar desses sujeitos foi realmente desafiador, pois a temática exige sensibilidade e manejo do pesquisador. Por diversas vezes, era perceptível o quanto falar sobre esse assunto era dolorido, a sensação é que estávamos abrindo um baú de recordações, onde a cada instante nos deparávamos com sentimentos contraditórios de alegria e tristeza.

Esta pesquisa partiu da hipótese de que a fragilidade/rompimento dos vínculos familiares pode ser considerada como um dos principais motivadores para ida e permanência dos indivíduos nas ruas. Nas falas dos sujeitos entrevistados, conseguimos constatar o quanto a fragilização dos vínculos familiares está diretamente ligada à partida desses sujeitos para a rua:

Quando saí de casa tinha 13 anos, a minha mãe foi abandonada pelo meu pai, tinha eu e mais quatro irmãos, foi quando ela arrumou um homem e tudo mudou lá em casa. [...]. Esse meu padrasto disse que não aceitava um viadinho morando debaixo do mesmo teto dele, foi quando eu comecei a ficar na casa de uns colegas e pouco tempo depois fui para no meio das ruas. [...]. Até hoje guardo muita mágoa da minha mãe porque ela não lutou pra ficar comigo, também não voltei mais lá, me acostumei com essa vida na rua. É assim, a gente se acostuma até com o que é ruim. (Virgulino Ferreira).

Eu tenho pouco tempo de rua, só vim parar aqui por causa do meu companheiro. [...]. Eu morava em uma casa própria com a minha mãe e a minha filha, trabalhava em uma sapataria, até conhecer o Patativa do Assaré, que já morava na rua. Tentei levar ele pra morar comigo, mas nem a minha mãe aceitou e nem ele quis ficar lá em casa. Acabei dormindo um dia sim e outro não com ele aqui, em frente à UPA, só que como faltava muito no trabalho fui despedida, depois disso estou direto vivendo na rua com ele. [...]. Tenho muita saudade da minha filha, eu sempre vou lá pra ver ela, mas ela também já está me rejeitando, tem vergonha de mim, eu não tiro a razão dela, porque sei que fiz errado. (Rachel de Queiroz).

Antes de cair na rua eu morava com a minha mãe, meu pai e minha irmã. Tinha uns quinze anos quando a minha mãe morreu, já tava nas drogas, mas a minha mãe tinha esperança de que eu largasse o vício e fosse estudar. Ela (mãe) era a única pessoa que eu tinha, depois que ela morreu meu pai não me agüentou um mês e me colocou pra fora de casa. [...]. Depois disso eu fui morar com a minha tia, mas também não deu certo. Comecei a ir para a Praça do Ferreira e acabei ficando na rua de vez. Não tenho mais contato com meu pai, só ligo pra minha irmã, ela é minha única família. (Patativa do Assaré).

Já estou na rua há mais de dez anos, não tenho mais jeito. [...] Desde que me separei da minha mulher que vivo por aí. [...] Eu sempre gostei de beber e a minha mulher não agüentou, porque eu dava muito trabalho, chegava em casa batia nela e nas meninas. [...] Um dia quando cheguei ela tinha ido embora com as nossas filhas. Depois disso foi que passei a beber mais e perdi tudo o que tinha. Acabei perdendo a nossa casa com dívidas de jogo e bebida. [...]. Meus pais morreram quando eu era pequeno. Ninguém me queria por perto, nem os meus irmãos. [...] Só me restou morar na rua, que é onde eu passo o resto dos meus dias. (Luiz Gonzaga).

Os relatos constataam que a ida do indivíduo para as ruas não se dá em função de apenas um aspecto, mas acontece em virtude de motivos que se relacionam, no entanto, é possível perceber em todas as narrativas o quanto a

fragilização/rompimento dos vínculos familiares é um fator determinante para que essas pessoas estejam em situação de rua. Fica evidente que fenômenos como o falecimento dos genitores e separação conjugal influencia diretamente na dinâmica familiar e pode impulsionar inúmeros conflitos no seio da família.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, já citada anteriormente, havia identificado como os principais motivos que ocasionaram a ida para as ruas: o alcoolismo e/ou drogas 35,5%, o desemprego 29,8% e as desavenças familiares 29,1%.

O município de Fortaleza, com o intuito de conhecer o perfil da sua população em situação de rua, realizou no período de 19 a 27 de novembro de 2014, o 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua. Este documento possibilitou traçar um perfil das pessoas que se encontram em situação de rua nesta cidade.

A pesquisa realizada em Fortaleza coletou dados em seis áreas da cidade e nos abrigos institucionais da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome de Fortaleza – SETRA. As áreas pesquisadas contemplam os bairros da cidade, que são divididos administrativamente em regiões.

No total, foram identificadas 1.718 pessoas em situação de rua no município de Fortaleza e a área identificada com maior concentração dessa população foi a região que abrange o Centro da cidade. No que diz respeito à faixa etária, a grande maioria dos sujeitos entrevistados, 49,2% tem entre 25 e 39 anos, 14,4% dessa população é menor de 24 anos, 11% tem entre 40 e 44 anos, 12% está na faixa etária entre 45 e 54 anos e 8,3% dos sujeitos possuem mais de 60 anos de idade.

Em relação à questão de gênero, a pesquisa traz dados significativos, mostrando que a maior parte desta população, 79,8%, é composta por pessoas do sexo masculino. A grande maioria dos entrevistados, 93,3%, denominou-se como heterossexual, tendo sido encontrado 1,1% de pessoas que se denominaram como bissexual e 1,7% de transexuais.

Os dados coletados mostram que 28,9% dos sujeitos entrevistados já estão em situação de rua há mais de cinco anos. No tocante a escolaridade, 10% nunca estudou, 23,1% possui o ensino fundamental completo, 11% dos entrevistados cursaram o ensino médio completo e 0,5% afirmou possuir nível superior completo.

Em relação aos motivos que levaram essas pessoas a morar nas ruas, 48,1% informou que foi morar nas ruas em virtude de problemas familiares e 26,2% afirmou que está em situação de rua por enfrentar problemas com drogas.

Os dados de ambas as pesquisas revelam o quanto a família exerce fundamental importância ao se buscar compreender o fenômeno da população em situação de rua. As narrativas dos sujeitos entrevistados evidenciam que quando o lar/casa não representa mais um ambiente acolhedor, as ruas passam a ser a única opção de sobrevivência, como se verifica nos depoimentos a seguir:

Nunca imaginei que iria ter esse destino, mas a gente se acostuma com a vida na rua, eu prefiro ficar aqui do que naquela casa. [...] Na casa da minha mãe eu tinha um teto, comida, roupa lavada, mas não tinha liberdade pra fazer o que eu queria. Ela não aceitou eu ter escolhido um cara que mora na rua e fica pastorando carro pra viver. [...] Resolvi que quero viver do meu jeito agora, e lá não posso, por isso, como não tenho condições de alugar um canto pra nós, vamos ter que ficar assim mesmo. (Rachel de Queiroz).

Sempre me senti um estranho dentro daquela casa, pois desde que me descobri como homossexual não conseguia ser eu mesmo. Não tinha espaço para conversar sobre isso com a minha mãe, eu ficava mais tempo na rua ou na casa de amigos. [...] Lá sempre foi a casa da minha mãe e nunca a nossa casa. (Virgulino Ferreira).

É possível observar nos relatos dos participantes da pesquisa de que não existe um sentimento de pertencimento ao local onde antes eles viviam. Os sujeitos descrevem em seus relatos “a casa dos meus pais”, ou “aquela casa”, mas não “a minha casa”. Desta forma, retomamos a definição de Osterne (2004) a fim de compreender a relação do domicílio com o sentido de família:

“Família seria, portanto:...algum lugar seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que possa ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo.” (OSTERNE, 2004, p.65).

4.1.2 A família pensada e vivida pelas pessoas em situação de rua

Os entrevistados também foram convidados a pensar sobre o significado de família e, através dos relatos, foi possível observar o que estes sujeitos idealizam

uma percepção de família dentro de seu aspecto tradicional. Abaixo, seguem as narrativas que comprovam esta afirmação:

Família é você ter pai e mãe que te aceitem do jeito que você é. [...] Uma família tem que ter amor e união, mas principalmente respeito, senão, não se sustenta, acaba que cada um vai pro seu lado e desfaz a família. Acho bonito ver as famílias indo pro shopping, vejo os pais e as crianças juntos, fico pensando que nunca tive isso na minha vida. (Virgulino Ferreira).

Eu acho que quando era criança a minha família era até estruturada. Morava eu, meu pai e minha mãe. A gente viajava pro interior, sentava na mesa pra almoçar, tenho boas lembranças desse tempo. [...] Quando o meu pai foi embora, ficou só eu e a minha mãe, acho que foi aí que as coisas começaram a desandar, aí já não era mais aquela família de antes. (Rachel de Queiroz).

A minha família era estruturada na minha mãe, enquanto ela estava viva, todos estavam juntos, mesmo aos trancos e barrancos, depois que minha rainha se foi tudo se desmantelou. Família pra mim é pai, mãe, filhos, avós, tios, primos, todo mundo junto e misturado. (Patativa do Assaré).

Família é privilégio de Deus, quem tem a sua que conserve. Às vezes eu vejo aqui na UPA, um filho trazendo o pai doente, a família toda preocupada. Eu sei que quando eu adoecer ninguém vai nem me visitar no hospital, se é que vou conseguir chegar até lá. Eu poderia ter uma família hoje, igual às de propaganda, mas eu preferi o vício, agora estou pagando pelas escolhas erradas que fiz na vida. (Luiz Gonzaga).

As narrativas revelam que aspectos como a morte dos pais e a conseqüente introdução conflituosa de padrastos ou madrastas, as separações conjugais e o distanciamento do núcleo familiar se misturam para racionalizar uma condição de ida para o mundo das ruas. Esses relatos se relacionam e fornecem um retrato do campo das relações familiares, que nestes casos, são permeadas por uma série de conflitos entre pais, filhos, padrastos, enteados, companheiros e irmãos.

Na ocasião em que os entrevistados foram convidados a falar sobre as suas percepções de família, logo vieram à tona muitas lembranças da infância e de como elas estão relacionadas a este conceito construído pelos mesmos em relação ao lar e a convivência familiar:

Quando eu falo de família me vem logo na minha memória a minha infância, talvez porque tenha sido a parte feliz da minha vida. [...] Morava no interior, eu e meus irmãos, a gente se danava muito, mas a minha mãe tinha muita paciência com a gente. Meu pai fazia questão de que todo mundo fosse à missa no domingo. Depois da missa sempre tinha a janta e a minha mãe fazia cuscuz, até hoje quando eu como cuscuz eu lembro dela. (Luiz Gonzaga).

Quando eu era pequeno eu tinha uma família. O meu pai sempre foi distante da gente, mas a minha mãe ia me pegar na escola, me levava para andar de bicicleta na pracinha, fazia minha merenda. [...] Ela (mãe) não teve culpa de eu ter seguido o caminho errado, porque ela fez de tudo por mim. Minha mãe me fazia rezar antes de dormir. Desde que ela morreu não gosto nem de passar em frente à Igreja. (Patativa do Assaré).

Dentre os entrevistados, tivemos a participação de uma família que vive na rua, o casal formado por Rachel de Queiroz e Patativa do Assaré, que estão juntos há aproximadamente um ano. Vale ressaltar que ambos são reconhecidos pelos outros sujeitos que também estão em situação de rua e compartilham do mesmo espaço urbano, como uma família. No entanto, observamos que a concepção de uma família tradicional é tão arraigada que apesar de se reconhecerem desta forma, para eles uma “família completa” necessita da existência de filhos, conforme observamos no relato abaixo:

Eu acho que nós formamos uma família, perdemos o nosso filho com seis meses de gravidez, a criança até nasceu viva, mas era muito pequeno e morreu no hospital. Talvez, daqui uns anos a gente possa completar nossa família com um filho, mas, só penso nisso quando puder ter uma casa, porque não quero criar filho na rua. [...] Já vi casais com uns três filhos morando no meio da rua, as crianças sofrem, não vão pra escola, tem dias que nem comida tem. [...] Tenho pena de colocar filho no mundo só pra sofrer. (Patativa do Assaré).

A vontade de constituir uma “nova família” também foi revelada nas narrativas de outros entrevistados. Na verdade, esse desejo é colocado como o fim de uma trajetória de sofrimento e o início de uma vida com mais esperança e oportunidades:

Sonho em um dia construir uma família. Sonho em um dia conhecer uma pessoa que me tire dessa vida. Meu maior sonho é adotar uma criança e dar o carinho que nunca tive. Acho que se isso acontecesse eu seria a pessoa mais feliz desse mundo, teria forças para esquecer de tudo que sofri e recomeçar. (Virgulino Ferreira).

O campo nos revelou ainda acerca da importância da referência familiar para a população em situação de rua, mesmo diante da distância e dos conflitos familiares. Considerando o universo de sujeitos da pesquisa, um dos participantes deduz não mais possuir família, pelo tempo que não têm contato e nem notícias. No entanto, demonstra um desejo de reencontro:

A minha mulher não deixou rastro, não sei para onde ela foi, nunca mais ouvi falar dela. Mas, com certeza deve ter casado de novo, deve ter refeito a vida dela. Não sei por onde andam as minhas filhas, mas sonho com um reencontro. Eu acho que já devo ter netos. Não sei como elas me receberiam, mas se eu tivesse pelo menos uma pista, iria atrás delas. Queria pedir perdão por todo mal que causei. (Luiz Gonzaga).

A fala de Luiz Gonzaga reproduz como as relações familiares rompidas, figuram na memória dos sujeitos, sendo evocadas como um passado distante ou difícil de ser retomado, revivido, reatado. Mesmo aqui, o sentido e o lugar simbólico que a família ocupa estão no campo da lembrança afetiva. Ainda que constituam referências familiares ausentes, esquecidas, frágeis, são evocadas para dar sentido a um modo de existência.

Os demais participantes relataram ainda possuir algum tipo de vínculo ou contato esporádico com algum parente. Observa-se que alguns possuem vínculos familiares fragilizados, porém, percebe-se o interesse dos mesmos de que este mínimo contato com um familiar seja preservado, com o intuito de manter essa referência de família:

Eu vou na casa da minha mãe toda semana, até porque a minha filha mora lá e sinto muita falta dela. Ela tem sete anos. Nunca pensei em tirar minha filha de lá, não quero que ela passe necessidade e nem tenha essa vida. [...]. Quando eu vou pra casa da minha mãe, levo a roupa suja para lavar, tomo um bom banho e almoço. Mas, eu não me sinto muito à vontade. A minha mãe mal fala de comigo, ela tem muita mágoa porque saí de casa. Já soube que quando alguém pergunta por mim, ela diz que estou no interior. Minha mãe tem vergonha de dizer que moro na rua. Logo no começo, quando eu vim pra cá, ela (mãe) vinha todos os dias deixar comida e tentar me levar de volta para casa. Acho que ela acabou desistindo de mim. (Rachel de Queiroz).

O único contato que eu tenho é com a minha irmã. Sempre ligo para ela. Gosto muito da minha irmã. Hoje ela é evangélica e sempre me chama para ir à Igreja, mas eu nunca fui. Um dia desses eu fui na casa dela, almocei lá e depois tirei um cochilo. Foi muito bom dormir de novo em uma casa, a gente fica relaxado, sem preocupação com o perigo que tem na rua. Quando eu passo muito tempo sem telefonar, a minha irmã vem aqui na UPA para saber se ainda estou vivo. (Patativa do Assaré).

A única parente que tenho contato é uma tia, que também é minha madrinha. Ela mora no interior. Eu gosto de escrever para ela, escrevo todos os meses para ela. Antes ela não tinha como responder, agora ela manda para o endereço do Centro Pop. As cartas que eu mando para ela são como um diário, conto tudo o que acontece comigo, o que estou sentindo. É uma forma de desabafar com alguém. Minha tia é uma boa pessoa, sei que ela não tem condições de me ajudar, mas só de saber que ela gosta de mim de verdade já é muita coisa. [...] Nós, que vivemos nas ruas, não temos valor nenhum, as pessoas tem é medo de chegar perto da gente. Ter alguém que goste de você é muito difícil. (Virgulino Ferreira).

Os participantes da pesquisa descrevem em suas falas vínculos familiares extremamente fragilizados, onde apesar da continuidade dos vínculos, na maioria das situações, os contatos junto à família são mais esparsos e localizados espaço e temporalmente. Por fim, um acontecimento negativo marcante ou uma vivência conflituosa perpassa estas relações fraturadas, mas não rompidas.

O relato de Rachel de Queiroz traz à tona outro aspecto que é o fato de que filhos de pessoas em situação de rua, quando criados por outros familiares, representam uma ligação com o universo da casa e da família. Desta forma, manter contato com os filhos ou ajudá-los financeiramente induz à procura dos familiares e pressupõe a manutenção, fragilizada ou não, destas relações familiares.

Nas falas, as lembranças das famílias são por vezes marcadas por mágoas, decepções, contradições, saudades e desejos de reencontros. Dessa forma, a referência familiar assume grande importância na vida das pessoas, mesmo considerando a distância, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Mesmo assim, a família revela sua continuidade pelo *poder de referência* (Escorel, 1999) que comporta e que se apresenta sob variadas formas de representações positivas, negativas e antagônicas.

4.1.3 Solidão, isolamento e liberdade

Os depoimentos dos entrevistados trazem à tona outros aspectos presentes no cotidiano das pessoas que estão nas ruas, são eles a solidão e o isolamento. Conforme já foi citado por Escorel (1999), em sua pesquisa com indivíduos em situação de rua, o isolamento e a solidão surgem como resposta ao distanciamento familiar e ao rompimento dos laços comunitários. A fala de um dos entrevistados revela bem esta situação:

Me sinto sozinho morando na rua, a gente não ter família para confiar, para se apoiar, é viver como poeira, todo mundo passa por você, mas não te vê. Já me acostumei com a solidão, às vezes você tem um monte de gente por perto, mas você ainda se sente só. Teve um tempo em que eu fiquei muito deprimido, porque me via no mundo sem ninguém. Quando você é jovem tudo é mais fácil, mas quando a velhice chega uma família faz muita falta. (Luiz Gonzaga).

O relato acima mostra claramente que o drama da ruptura familiar, ou seja, o "não ter família", também representa a falta de um lugar social, uma posição

no mundo. Percebe-se que até mesmo o olhar da sociedade em geral, onde são projetados sentimentos de abandono e solidão aos que vivem na rua, não é gratuito. Ele revela o quão importante é o grupo familiar na sociedade brasileira, onde identidades e pertencimentos no âmbito sociofamiliar predominam sobre as garantias no âmbito do trabalho e da cidadania (ESCOREL, 2000).

Um traço característico das pessoas que vivem nas ruas é a busca por liberdade. O fato de não seguir horários determinados, como a maioria da população, faz com que estas pessoas sintam-se mais “livres” nas ruas do que em uma residência convencional. A narrativa de Patativa do Assaré indica uma busca por liberdade, uma sede de aventura atrelada à decepção de expectativas sobre a rua:

Quando a pessoa se acostuma com a vida na rua é difícil sair. A minha mulher tentou me levar para morar na casa da mãe dela, só que lá eu sentia muita cobrança em ter horário para acordar, comer, voltar para casa. A minha sogra queria que eu mudasse totalmente. Essa vida assim, cheia de regras, não dá para mim. Não agüentei passar nem um mês lá morando com ela. Eu gosto de ser livre e na rua você não tem cobrança, mas também pagamos um preço alto por viver assim. Essa é uma vida para quem tem coragem de se arriscar. (Patativa do Assaré).

Percebe-se que o não conseguir se adequar a uma rotina determinada por regras e horários rígidos insere o sujeito na dinâmica da circulação entre a casa e a rua, em um movimento que oscila entre sentimentos, como a saudade dos familiares e a busca da liberdade.

A pesquisa realizada em Fortaleza reflete um pouco do que foi encontrado no campo. No que diz respeito à situação familiar desta população, a pesquisa revelou que 42,9% possuem vínculos familiares rompidos, 27,5% ainda tem contatos esporádicos com a família e 26,9% estabelecem contatos frequentes com algum familiar. Apenas 1,1% dos entrevistados relataram morar com a família na rua.

Nesse sentido, foi possível verificar em campo, a existência de vínculos familiares na trajetória das pessoas em situação de rua. No entanto, esses vínculos devem ser sempre analisados de forma dinâmica e contínua, em virtude das frequentes oscilações no grau e na configuração. Ao abordar a realidade vivida por essa população e por suas famílias, é preciso refletir a família de maneira contextualizada. Desta forma, tal questão precisa ser compreendida em sua

totalidade, não se restringindo apenas à existência de contato familiar ou, ainda, se existe realmente alguma família.

Assim, a realização da pesquisa de campo proporcionou a percepção de que a manutenção ou reconstrução de laços familiares proporciona as pessoas em situação de rua uma referência de afetividade e de pertencimento a um núcleo familiar. É como não sentir-se sozinho no mundo. Em contrapartida, os rompimentos de laços familiares e comunitários contribuem para a construção de novas relações afetivas entre as pessoas em situação de rua, bem como com os transeuntes e outros, nos diversos espaços urbanos. Diante deste contexto, estes atores sociais constroem novas referências de família nas ruas.

4.2 VÍNCULOS TECIDOS NAS RUAS: AS RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE E AFETIVIDADE

Compreender de que forma são construídas as relações de solidariedade e afetividade entre as pessoas em situação de rua, implica acompanhar os processos que se desenrolam no cotidiano desses sujeitos. Diante deste contexto apresentado, foi fundamental investigar o *modo de viver* dessas pessoas, que evidencia novas formas de fazer, existir e ocupar as ruas da cidade, traçando redes de relacionamento, estratégias de sobrevivência, reconstruindo vínculos e contando histórias de dor, sofrimento e preconceitos.

A vida nas ruas pressupõe uma relação de trocas, pois não se consegue viver na rua com práticas de isolamento, faz-se, então, necessário tecer uma rede de solidariedade. Aqueles que estão em situação de rua, logo cedo aprendem que é preciso compartilhar desde o pedir dinheiro ou alimento aos transeuntes, ou realizar pequenos serviços como lavar carros, cuidar do lixo de algum estabelecimento comercial, fazer pequenos favores aos comerciantes ou camelôs, dentre outros.

Estes sujeitos criam uma relação social naquele meio onde vivem e se apropriam das ruas como seu território. As dificuldades de sobrevivência nas ruas os levam a sofrer o primeiro tipo de violência que é morar em um espaço público sem as mínimas condições de habitação, saúde, alimentação e segurança. Diante desse contexto, essas pessoas acabam por criar estratégias para sobreviver em condições que refletem o limite máximo da pobreza. São através dessas “estratégias de

sobrevivência nas ruas” que buscaremos compreender como são tecidos os vínculos de solidariedade e afetividade deste público.

4.2.1 Os desafios de quem vive nas ruas

A busca por atender as necessidades básicas, como alimentação e higiene, é um desafio diário para a população em situação de rua e acabam por definir estratégias de ação, que colocam estes sujeitos em um contexto onde emergem as relações de solidariedade e camaradagem.

A população em situação de rua possui uma característica peculiar, eles não seguem horários determinados, como a grande maioria da população. Estes indivíduos não têm hora certa para se alimentar. O que irá determinar o horário da alimentação dependerá de uma combinação de fatores, tais como; disponibilidade de se deslocar do local onde estão prestando algum tipo de serviço ou favor, que gere uma compensação financeira. A grande maioria destes sujeitos conhece os pontos que fornecem alimentos e os horários em que esta ação irá ocorrer.

Nos relatos, surgem outros percursos, vivências e estratégias na busca de garantir o acesso à alimentação, como: compra de alimentos por meio de renda auferida, doações de pessoas e instituições religiosas e preparação das refeições nos espaços urbanos. Nenhum dos entrevistados queixou-se de grandes dificuldades para conseguir alimentação, a não ser no período noturno e nos finais de semana, conforme os relatos que se seguem:

Conseguir comida não é difícil, a gente tem o lanche do Centro Pop, os restaurantes aqui do Centro também fazem quentinhas pra gente, com o que sobra do almoço. O problema maior é a noite, quando o movimento acaba. Às vezes tem um pessoal da Igreja que passa distribuindo um caldo. Aqui também a gente se vira, faz um fogo e acaba cozinhando alguma coisa para comer. (Luiz Gonzaga).

Eu não gasto muito dinheiro com comida, só quando tenho vontade de comer alguma coisa que não consigo na rua. Todos os dias a dona de um restaurante me dá almoço e o dono da padaria me dá café com pão. Nas ruas quem for esperto não passa fome, é só procurar ser legal com as pessoas que elas ajudam. Ainda tem gente boa por aí. (Virgulino Ferreira).

Todos os dias eu recolho o lixo de uma lanchonete, logo de manhã cedo. A dona, em troca, dá uma merenda. Também já aprendi a cozinhar aqui na rua, é complicado, mas quando não conseguimos comida pronta eu faço um macarrão ou um arroz, é o que dá pra ser feito. No final de semana é mais

difícil, porque o comércio fecha no domingo. Nesse dia a gente vai até a Igreja pra tomar a sopa. (Rachel de Queiroz).

Percebe-se através das narrativas que a busca em satisfazer as necessidades básicas acaba por tecer uma cadeia de relações. Observamos que as trocas de favores se transformam, muitas vezes, em relações de solidariedade e companheirismo. Compartilhar a mesma refeição é uma prática que une estes sujeitos e se transforma em “pano de fundo” para o surgimento de vínculos de camaradagem. As narrativas já evidenciam que a sobrevivência nas ruas depende da cooperação de comerciantes, instituições públicas e religiosas. Estas práticas são fundamentais para o surgimento de uma rede de relações que se desenrola em torno deste “modo de viver” nas ruas.

O acesso à higiene pessoal também aparece como uma das principais dificuldades diárias, enfrentadas pela população em situação de rua. Tomar banho, utilizar banheiros e lavanderias, não representa uma tarefa fácil para quem está nas ruas, conforme observamos nos relatos:

Essa parte de tomar banho é mais difícil do que arrumar comida. Na semana tem o Centro Pop, que dá pra gente tomar um banho e usar o banheiro, mas quando chega o final de semana, que lá é fechado, eu fico dois dias sem tomar banho. Tem alguns que tomam banho no meio da praça, mas eu não gosto, porque se a polícia pegar é a maior confusão. [...]. Eu também vou no banheiro de uma borracharia, o cara é gente boa e me deixa usar. (Patativa do Assaré).

Eu acho que para a mulher fazer suas necessidades na rua é mais complicado, porque para o homem é mais fácil de dar um jeito. Os seguranças do shopping me deixam usar o banheiro de lá, mas só eu, os homens ele não deixa. Quando eu não lavo a roupa na casa da minha mãe eu lavo lá no Centro Pop e também tomo banho lá. (Rachel de Queiroz).

Assim, observa-se que mesmo as necessidades mais básicas de um ser humano, no contexto da rua, podem representar grandes obstáculos, que exigem destes sujeitos a criação de estratégias de sobrevivência. Diante deste contexto, percebe-se que esta rede de relacionamentos inclui além dos companheiros de rua, transeuntes, comerciantes, instituições públicas e filantrópicas, assim como os profissionais que nelas trabalham, dentre outros.

Diante da fala de Rachel de Queiroz, que expressa uma maior dificuldade na satisfação de suas necessidades básicas, atribuída ao fato de ser mulher é necessário uma ressalva. Faz-se necessário salientar que a parcela feminina em

situação de rua é proporcionalmente bem inferior a de homens, conforme já havia revelado a Pesquisa Nacional com Pessoas em Situação de Rua. O campo nos apresentou um território praticamente dominado por homens. O caso de nossa entrevistada é bastante atípico, já que a mesma passou a viver em situação de rua para ficar ao lado do companheiro. A entrevistada revelou que morava com a mãe e a filha, em casa própria, mas acabou se envolvendo com outro sujeito de nossa pesquisa, Patativa do Assaré. Em virtude da família não aceitar seu relacionamento, Rachel de Queiroz decidiu por viver nas ruas com seu companheiro.

Outro aspecto característico do público feminino, que está em situação de rua reside no fato de que para as mulheres estar acompanhadas nas ruas é uma estratégia de segurança, como forma de garantir algum tipo de proteção. A narrativa abaixo retrata um pouco desta situação:

Uma mulher que vive na rua é muito mal vista. Se ela não tiver um companheiro vai sofrer preconceito e violência. Mulher sozinha na rua é vista como prostituta. Aqui não tem muitas mulheres na rua e as que tem estão acompanhadas com marido e até com filhos. Eu só tenho coragem de ficar aqui, porque ele está por perto, não confio em mais ninguém. (Rachel de Queiroz).

Diante deste contexto, pensar na mulher em situação de rua não se diferencia totalmente da realidade de mulheres pobres nas periferias das grandes cidades, onde vivenciam as diversas formas de machismo e violações de direitos. As relações entre homens e mulheres nas ruas também são permeadas pela desigualdade de gênero como construto histórico e social.

Conforme referido nas seções anteriores, o nomadismo é outro aspecto característico da população em situação de rua, pois, para estes sujeitos deslocar-se é um modo de viver e sobreviver. O ato de caminhar pelas ruas da cidade se constitui, assim, como estratégia para a satisfação das necessidades básicas. Os percursos realizados pelos entrevistados retratam suas experiências de mobilidade urbana:

Eu sou do Recife, mas conheço São Luiz, Mossoró, Salvador, Aracaju, além das cidades do interior. Conheci todos esses lugares pegando carona com os caminhoneiros. Quando cheguei no Ceará fui direto para Fortaleza, só que agora fico mais aqui na Caucaia. [...] O interessante é que a gente anda por todo lugar sem carregar muita bagagem, é só uma bolsa com alguma coisa dentro. Se a gente precisar sair do lugar fica mais fácil pra carregar. (Luiz Gonzaga).

Quando eu saí de Itapipoca a minha vontade era de ir morar em Sobral. Acabei rodando por todo o Ceará, eu ia para onde dava certo, mas nunca consegui chegar em Sobral. Já tem um tempo que vim para Caucaia, aqui eu consigo me virar, já me acostumei com as pessoas e elas comigo. (Virgulino Ferreira).

A busca por locais para realização da higiene pessoal e obtenção de renda impulsiona estes sujeitos a ocupar os centros comerciais das grandes cidades. Assim, a satisfação dessas necessidades depende do conhecimento da cidade e de seus recursos disponíveis, mas estão ligadas, sobretudo, às negociações múltiplas com os inúmeros atores que atuam no espaço público. Conforme já foi citado anteriormente, as unidades de assistência a este público, tais como Centro Pop, também se constituem como pontos de atração desta população, a fim de atender as suas necessidades básicas.

Percebe-se que os trajetos seguidos pela população em situação de rua não seguem rotas definidas por critérios geográficos, com o objetivo de chegar a lugares específicos, mas se orientam considerando as redes de suporte já conhecidas ou as que podem vir a ser promissoras e, sobretudo, evitando os lugares em que ações repressivas podem estar acontecendo ou que aconteceram recentemente. Assim, constatou-se que mesmo os espaços mais familiares, para este público, está marcado pelo aspecto da provisoriedade.

O campo nos revelou que o atendimento das necessidades básicas de qualquer indivíduo e a questão do nomadismo estão bastante relacionadas a outro aspecto, que é o do trabalho. Afinal, as pessoas que estão nas ruas trabalham? Esse certamente é um dos principais questionamentos feitos por grande parte da sociedade. No universo de nossos entrevistados, apenas Rachel de Queiroz não exerce nenhuma atividade remunerada, os outros três sujeitos estão inseridos no mercado informal, desenvolvendo a atividade de “guardador de carros”.

A guarda de veículos faz parte de uma rede de serviços informais criadas no espaço público pela população em situação de rua, com objetivo de minimizar suas carências materiais. Percebe-se que nesta informalidade, são evidenciadas negociações com terceiros e entre os pares, assim como a manipulação de valores, em especial o valor “trabalho”, no qual o discurso de que “trabalhar é melhor que roubar” é recorrente.

Conforme analisado anteriormente, o trabalho representa a condição de existência do homem, independente das formas sociais existentes na humanidade.

As necessidades sociais e a maneira de como satisfazê-las são produtos históricos, portanto, criadas continuamente. “É uma atividade essencial do homem, sua atividade livre e consciente” (Iamamoto, 2001, p. 40).

O aspecto reservado ao trabalho remete à reflexão sobre alguns pontos, tendo em vista que para a sociedade o trabalho tem um caráter fundamental. São ancorados nesse conceito várias perspectivas de mudança de vida e saída da condição de vulnerabilidade. No que se refere especificamente a pessoa em situação de rua, o discurso da saída das ruas está, por inúmeras vezes, atrelado a alegativa da entrada no mercado de trabalho, conforme podemos observar neste discurso:

O trabalho para o morador de rua é muito mais difícil, por causa do preconceito. Quem vai dar emprego para uma pessoa mal vestida, sem sapatos, sem nada? Com certeza se eu chegar para uma entrevista de emprego vestindo essas roupas aqui eles não vão deixar nem eu entrar, as pessoas julgam muito pela aparência. Eu queria muito ter um emprego fixo, com carteira assinada. Acho que daria um rumo na minha vida. A primeira coisa que iria fazer era alugar uma casinha, para reconstruir minha vida. (Virgulino Ferreira).

Ao abordarmos sobre as relações de trabalho entre os entrevistados, as falas retratam mais uma vez as redes de solidariedades e regras construídas nas relações de trabalho:

Além de vigiar os carros eu também sou artesão, sei fazer arte com alumínio, só que hoje ninguém mais valoriza isso. Às vezes eu faço, porque gosto, aí tem gente que gosta e compra pra me ajudar. Um dia eu fiz dez jarrinhos de alumínio e o Doutor aqui da UPA comprou todos, só pra me ajudar mesmo. (Luiz Gonzaga).

Eu e outros colegas ficamos vigiando carros. É muito concorrido ter um ponto por aqui. No dia que eu não posso ficar, porque muitas vezes tenho que sair, fica outro colega no meu lugar, pra não perder o ponto para nenhum desconhecido. Os funcionários daqui me pagam por semana pra olhar o carro deles, muitos trazem roupas e comida pra gente. (Patativa do Assaré).

Revisitando os dados do 1º Censo com Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza, foi identificado que o percentual de sujeitos que exercem alguma atividade remunerada totalizaram 71,4% dos entrevistados, enquanto 28,6% informaram não ter nenhuma atividade remunerada. Dos entrevistados que exercem atividade remunerada, destaca-se que 34,4% exercem essas atividades na rua, 13,7% denominaram-se com vendedores, 12,0% atuam na construção civil e 8,2% exercem outras atividades diversas. A renda também foi um aspecto investigado

pela pesquisa, que identificou que 53,9% dos entrevistados possuem uma renda semanal acima de R\$100,00.

Em termos gerais, constatou-se que a população em situação de rua não está inserida no mercado de trabalho formal, portanto, caracterizam-se como sujeitos sem acesso às garantias trabalhistas e previdenciárias. Compreende-se que a promoção ao trabalho e renda é um direito garantido a todo cidadão, sendo assim, uma questão de políticas públicas, que ganhará uma análise no próximo tópico destinado a tal aspecto.

4.2.2 Convivendo com o medo e a insegurança

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a questão da insegurança é uma fala recorrente dos entrevistados, fazendo com que a busca por sentir-se minimamente mais seguro leve estas pessoas a desenvolverem estratégias de segurança, em especial no período noturno. Vale ressaltar que todos os entrevistados, no momento de realização da pesquisa utilizavam o centro comercial da cidade de Caucaia como local de moradia e sobrevivência. Outro aspecto de fundamental importância que merece ser citado é de que este município não dispõe de unidades de acolhimento e/ou hospedagem para esse público, o que implica dizer que a população deste local dorme nas ruas.

As narrativas retratam diferentes percursos, vivências e estratégias desenvolvidas pela população em situação de rua no período noturno diante do sono, frio, insegurança e violência. Os relatos expressam faces dessa vida degradante enfrentada por muitos homens e mulheres:

A gente que fica na rua tem que dormir com um olho aberto e outro fechado. O pessoal que fica por aqui é todo mundo conhecido, mas às vezes aparece um estranho, aí tem que ficar de olho, porque não dá para confiar em ninguém. Aqui na Caucaia, quando não durmo aqui em frente a UPA vou lá pro Hospital, lá o vigia me conhece e posso dormir tranquilo, porque sei que ninguém vai mexer comigo. Na rua é assim, você tem que procurar um lugar com movimento pra conseguir dormir, senão você pode nem acordar vivo no outro dia. (Luiz Gonzaga).

A noite é quando eu fico mais triste, pois me lembro que até pouco tempo tinha meu quarto, minha cama, não sentia frio e se precisasse ir ao banheiro podia ir tranquila. Vejo a minha situação hoje, sem conseguir dormir direito, por mais que eu saiba que meu marido está acordado vigiando, mas qualquer barulho me acorda. Já parou carro aqui ameaçando tocar fogo na gente. Na polícia não dá para confiar, porque eles não estão nem aí pra

gente, acham que não temos direitos, que não somos cidadãos. É uma situação muito difícil. (Rachel de Queiroz)

Só consigo dormir se estiver 'muito doido', ou eu uso droga ou cachaça mesmo, senão é a noite em claro. Na rua na temos segurança de nada, se você tiver um trocado tem que esconder nas calças. Eu só vou dormir quase de manhã, porque fico vigiando a minha mulher, pra ninguém mexer com ela. (Patativa do Assaré).

As pessoas da rua que vivem aqui no Centro quando anoitece e o comércio fecha tem que ir procurar um lugar seguro para dormir, ou pelo menos tentar. Esse pessoal que fica aqui em frente a UPA, todo mundo já se conhece e a gente reveza quem vigia os outros durante a noite. [...]. Eu não escondo de ninguém que faço programa para ganhar a vida. É muito arriscado, já apanhei, já me deixaram no meio da estrada sem nada. [...] A polícia é cismada com a gente, eles sempre acham que vamos roubar, ou fazer alguma coisa de errado. Quem mora na rua tem que ser esperto, porque não temos ninguém por nós. (Virgulino Ferreira).

Constatou-se que todos os entrevistados demonstraram preocupação com a segurança no período noturno, sendo este um aspecto fundamental no momento de definir o local para dormir, ou passar a noite. As narrativas revelam outra estratégia desenvolvida por estes sujeitos, que é a realização de um revezamento para vigiar os demais membros do grupo. Mais uma vez, percebe-se que a através dessas estratégias de sobreviver nas ruas são criadas “redes de relacionamento”.

O campo nos trouxe relatos de abordagens violentas por parte dos agentes da segurança pública, revelando incidências de violações de direitos dessa população que está nas ruas. Este tema é recorrente nas falas destes sujeitos e demonstram estas abordagens são extremamente violentas e carregadas por um estigma de que as pessoas em situação de rua são potencialmente aquelas que ameaçam a ordem social. As próprias delegacias, por exemplo, não representam espaços muito acolhedores e nem sensíveis à condição de quem vive na rua e que isso fortalece a exclusão social a qual essa população já é submetida. A fala de Patativa do Assaré sintetiza um pouco do medo que permeia essa população:

Um dia desses os guardas me pegaram. Eles não gostam da gente. Nesse dia eu tava pedindo dinheiro, em frente ao Mercado, mas eles achavam que eu estava roubando, me colocaram na viatura e me bateram muito, tiraram minha camisa e meu chinelo. Os guardas me deixaram lá na entrada da Caucaia e mandaram eu voltar à pé na pista quente. A polícia trata a gente que fica na rua como vagabundo e ladrão. Todo mundo aqui tem medo da polícia, ninguém confia neles. (Patativa do Assaré).

O 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua, no município de Fortaleza, reforça o que foi narrado pelos nossos sujeitos, constatando que a violência é um fenômeno comum, tendo 54,4% dos participantes da pesquisa já ter sofrido algum tipo de violência nas ruas. Como os principais agentes agressores destacam-se com 34,9% a polícia, 10,7% o que os entrevistados denominaram como “marginais” e 4,2% sofreram violência entre os próprios moradores de rua.

Vale ressaltar que o fenômeno da violência nas ruas está intimamente ligado a outro aspecto que é o uso de álcool e outras drogas. Constatou-se que no cotidiano das ruas o uso de substâncias psicoativas pelas pessoas em situação de rua é bastante frequente. No entanto, é necessário destacar que o debate sobre o uso de drogas é compreendido neste estudo como um fenômeno multicausal, não sendo uma característica específica das pessoas em situação de rua.

Ainda nos referindo ao 1º Censo sobre Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza, destaca-se que o uso de substâncias psicoativas também é identificado como algo comum entre este segmento, onde 79,8% afirmaram ser dependente de algum tipo de droga. Em relação ao consumo destas substâncias, destaca-se que 45,4% faz uso de álcool, 36,1% informou usar crack e 16,4% utilizam maconha. Outras drogas também foram citadas pelos sujeitos pesquisados, porém em menor proporção.

Dentre os entrevistados, apenas Rachel de Queiroz afirmou não fazer uso de nenhum tipo de drogas, seja lícita ou ilícita. O álcool é, de acordo com os nossos sujeitos, a droga mais usada e compartilhada no contexto das ruas, vindo logo em seguida drogas como o crack e a maconha. As narrativas expressam como as drogas permeiam o cotidiano das ruas:

De todo mundo aqui eu sou a única que não usa nada, não bebo e não fumo, mas eu vejo como é a realidade. Se alguém chega com uma garrafa de cachaça, todos os outros acabam bebendo também. Só o crack que eles não dividem, porque é muito caro. (Rachel de Queiroz).

Eu uso de tudo; álcool, cocaína, maconha, crack, o que aparecer. Todos os dias eu uso droga. Já fui internado várias vezes, mas nunca consegui deixar de usar. É um vício horrível, que te domina. Muitas vezes eu bebo ou uso droga para esquecer dessa vida, para não lembrar de tanto sofrimento, esse é o único jeito. (Patativa do Assaré).

Todas as vezes que aparece um programa para fazer eu tenho que usar alguma coisa. Se não for assim, eu não consigo de jeito nenhum. Não é

todo dia que uso, já parei por um tempo, mas quando você vive na rua é muito difícil deixar, porque é muito fácil de comprar e você vê os outros usando, te dá logo uma vontade. (Virgulino Ferreira).

Eu sou à moda antiga, a minha única droga é a cachaça. Eu sei que faz mal também, mas não gosto desse negócio de crack. Vejo esses meninos, às vezes crianças usando essa droga maldita e sinto muita dor no coração. A gente perde muita coisa quando entra nesse mundo de droga e bebida. A minha única diversão hoje é tomar a minha cachaça, porque ela me ajuda a esquecer dos problemas. (Luiz Gonzaga).

Através das narrativas, é possível perceber que o uso de drogas pode ser compreendido como mais uma estratégia de sobrevivência nas ruas. Os relatos revelam que o álcool e outras drogas são utilizados como estratégias para esquecer como a vida de uma pessoa em situação de rua é permeada de dor, solidão e preconceitos.

Assim, percebemos que o uso abusivo de álcool e drogas, além de trazer sérios comprometimentos à saúde física e mental do indivíduo, acaba desgastando ainda mais os já frágeis laços familiares, quando os mesmos existem. Por vezes, a própria bebida impulsiona o rompimento com o grupo familiar e fazendo o sujeito adentrar no universo das ruas.

4.2.3 As regras da rua

Durante a realização das entrevistas e observando a dinâmica do grupo em que nossos sujeitos estavam inseridos, identificou-se que a vida nas ruas é regida por algumas regras de convivência, que fazem composição com as relações de solidariedade. Vale ressaltar que estas pessoas possuem como “ponto fixo” a UPA do município de Caucaia, em especial o local destinado ao estacionamento dos carros, sendo este grupo formado por aproximadamente oito pessoas, que ocupam dia e noite este local.

Percebe-se que entre os membros do grupo foi formada uma “rede de proteção”, onde algumas regras foram estabelecidas, tais como; não é permitido que um roube o outro, o espaço destinado a um flanelinha não pode ser ocupado por outra pessoa sem permissão do “dono das vagas”, por exemplo. Outra regra importante é de não realizar nenhum tipo de delito nas proximidades do espaço em que o grupo estiver instalado. Quando existe a presença de uma mulher no grupo, esta deve ser respeitada e protegida. O fato de “dar em cima” da mulher de outro

companheiro representa uma prática proibida, sujeita à punição. No caso de desrespeito às regras, a punição é severa, podendo variar de agressão física, até a expulsão deste sujeito do grupo. Os relatos resumem um pouco destas práticas:

O nosso pessoal é unido. Aqui ninguém mexe com ninguém. Eu vivo aqui com a minha mulher, mas todo mundo respeita. A gente divide a comida, quando cozinha alguma coisa é para todo mundo. [...]. Nós não aceitamos gente desconhecida, porque uma vez chegou um novato aqui que aprontou a maior confusão. Quando alguém precisa sair, para resolver alguma coisa, um colega cuida do nosso canto, não deixa ninguém pegar o nosso lugar. (Patativa do Assaré)

Eu fico aqui porque me sinto seguro. Conheço todo esse pessoal que fica aqui na UPA, é todo mundo gente boa. A gente se ajuda, quando alguém arruma comida divide com os outros. Quando eu preciso sair, para resolver minhas coisas, o pessoal guarda meu ponto, mas o ganho é de cada um. (Luiz Gonzaga)

Observou-se entre as pessoas do grupo o compartilhamento no uso do vestuário e alimentação, além da troca de informações que possam trazer benefícios comuns. Este mesmo fato também ocorre quanto ao uso de substâncias psicoativas, em especial no que se refere à bebida alcoólica que é constantemente compartilhada entre o grupo.

Segundo Escorel (1999), uma das principais características dos agrupamentos constituídos nas ruas são as relações baseadas em aspectos temporais e territoriais dos espaços urbanos. Além disso, a autora destaca que os agrupamentos sociais envolvem uma estrutura de autoridade e hierarquia que se desenvolve sobre uma base territorial, controlada por regras, sanções e proteções. O viver nas ruas é, portanto, permeado por relações de poder, disputas e formas de resistências. Diante deste contexto, é preciso seguir determinadas regras básicas para compor um agrupamento de rua, aderindo a uma conduta específica apreendida na convivência, na presença e na prática cotidiana.

Assim, quando inserido em um grupo, o indivíduo firma alianças de camaradagem e solidariedade. O fato é que a formação de grupos é fundamental desde o ponto de vista da sobrevivência física até a constituição de relações de proteção e segurança também atreladas ao sentimento de pertencimento.

Diante deste contexto, se a rua é um universo complexo e incerto, ela também representa possibilidade de relações sociais múltiplas, algumas sólidas, outras efêmeras, mas que permitem o mínimo de trocas simbólicas e estruturam um

itinerário pontuado por apoio de cidadãos anônimos, grupos religiosos, residências de familiares, amigos e instituições assistenciais de caráter público e privado.

Conclui-se que a compreensão das estratégias de sobrevivência da população em situação de rua nos leva a perceber como as relações de solidariedade e camaradagem se constituem. Assim, através da utilização de estratégias para conseguir alimentação ou local para dormir, por exemplo, esses sujeitos constroem relações com seus pares e com terceiros, que se tornam essenciais para sobreviver no contexto das ruas.

Nestes termos, a compreensão do fenômeno da população em situação de rua passa pela compreensão dos valores ligados à família. Estes valores acabam por se afirmar no contexto da vida nas ruas, muitas vezes sem a substituição sumária com os parentes consanguíneos, numa expansão de laços familiares para além do sangue, mas que não os excluem.

Diante do exposto, o campo proporcionou a compreensão de como novos laços e relações se constroem, no cotidiano das pessoas em situação de rua, que vai de encontro aos parâmetros sociais estabelecidos da família nuclear. Deste modo, verificou-se que estes “parentes” muitas vezes passam a ocupar um lugar de referência social e afetiva.

4.3 A POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB O OLHAR DE SEUS USUÁRIOS

A Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPR, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, é composta de 16 artigos no qual estão especificados os processos de execução da política nos planos nacional, estadual e municipal, assim como, os princípios, diretrizes e objetivos que devem orientar gestores e usuários da referida política.

Logo em seu 1º parágrafo, o decreto delimita qual é o público alvo que deve ter acesso aos benefícios trazidos pela política, caracterizando a população em situação de rua da seguinte forma:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária

ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (PNPR, 2009, p. 1).

Neste contexto, de acordo com os parâmetros instituídos, pode-se considerar que para ser público alvo da política o usuário deve estar, ao mesmo tempo, sob a privação de três condicionantes básicos, são eles: alguma forma de renda, uma saudável convivência familiar e comunitária e uma moradia digna que esteja nos padrões de segurança convenientes.

A PNPR estabelece como princípios, resguardados para a população em situação de rua são, inicialmente, a igualdade e a equidade. Em seguida, pauta-se o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e o respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Alguns objetivos foram preconizados pela PNPR, já em seu inciso I, há a afirmação de que a política visa a assegurar integralmente o acesso da população em situação de rua aos serviços e projetos oferecidos através das políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Em seu inciso XVII, a política institui a implantação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. Assim, é neste contexto, que se evidencia a relação da PNPR com Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Através da leitura de documentos como a PNPR e dos manuais que orientam sobre os serviços e espaços de atendimento à população em situação de rua, percebe-se que a questão da intersetorialidade é destacada como essencial e devendo perpassar por todas as ações delineadas pela política. Sobre a importância da intersetorialidade na formulação e implementação da política em estudo, O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pronuncia-se nas Orientações Técnicas sobre o Centro POP (2011):

A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) enfoca a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a

efetividade e a qualidade da atenção ofertada. Assim, pautada por princípios e diretrizes, a PNPR propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral desse segmento da população (CENTRO POP, Volume III, 2011, p. 18-19).

Ressalta-se que este breve resgate teórico é essencial para situar a discussão sobre a Política Nacional para População em Situação de Rua, a fim de compreender a eficácia da implantação desta política e o acesso de seus usuários. Vale destacar que esta se trata de uma política recente, visto que sua regulamentação se deu no ano de 2009.

Dentre os participantes da pesquisa, nenhum dos sujeitos relatou conhecer a PNPR. Os sujeitos entrevistados afirmaram não ter conhecimento de que existe uma política específica para as pessoas em situação de rua. A principal referência citada pelos entrevistados foi o Centro Pop, sendo o mesmo percebido como um equipamento de apoio para aqueles que estão nas ruas, conforme observamos nos relatos:

Se existe uma política pra quem vive na rua, eles deveriam oferecer médico, remédio, moradia e alimentação. Lá no Centro Pop eu fiquei sabendo que posso me inscrever no programa que o Governo dá aquelas casas, mas não coloco muita fé nisso daí não. Nunca me deram nada, porque agora vão me dar uma casa? (Virgulino Ferreira).

Vejo que tem quem defende mulher, criança e idoso, mas nunca vi ninguém defendendo morador de rua. O que chega aqui pra gente é caridade; uma roupa, um prato de comida e só. O único lugar que a gente ainda encontra um apoio é no Centro Pop, porque lá pelo menos conseguimos tomar um banho, ou lavar uma roupa. (Luiz Gonzaga).

Apesar do desconhecimento dos sujeitos em relação à referida política, na ocasião das entrevistas eles foram convidados a refletir sobre seus direitos, acesso a equipamentos sociais e as demais políticas públicas.

4.3.1 Como exercer a cidadania?

Inicialmente, ficou evidenciado que um dos principais obstáculos à garantia de direitos sociais à população em situação de rua é a ausência de documentação pessoal. Dentre os entrevistados, apenas Rachel de Queiroz e Virgulino Ferreira afirmaram possuir algum tipo de documentação, já os demais

relataram possuírem. As narrativas abaixo retratam essa realidade da população em situação de rua:

Eu tenho todos os meus documentos guardados com a minha mãe, tenho tudo; identidade, CPF, título e carteira de trabalho. Mas, aqui comigo só tenho a Xerox da minha identidade, que mandei plastificar, porque quando preciso ir para o posto de saúde eles sempre pedem e todo mês eu pego remédio lá, então, não posso perder. (Rachel de Queiroz).

Entre essas minhas andanças acabei perdendo todos os meus documentos. Quando fui no Centro Pop eles conseguiram a segunda via do meu registro, mas acabei perdendo de novo. Para quem vive na rua é difícil passar muito tempo com um documento, porque a gente perde, é roubado ou leva chuva. Uma certa vez precisei da identidade para ser atendido no Hospital, como eu estava muito mal eles liberaram, mas não consigo nem me consultar sem um documento. (Luiz Gonzaga).

Eu só tenho a minha identidade, que pedi para guardar no Centro Pop, pois já é a terceira que eu tiro e tenho medo de perder de novo. Sempre que eu preciso dela para alguma coisa eu vou lá e pego, mas vou logo deixar de volta. Para mim ter tirado esse documento foi muito bom, porque consegui me inscrever no programa do Lula e todo mês recebo um dinheirinho lá no banco, estou esperando agora sair a minha casa. (Virgulino Ferreira).

Se tem uma coisa que eu tenho vontade de aprender é a ler e escrever. Outro dia fui na Escola aqui perto, vesti uma roupa limpa, fui perguntar como fazia para estudar à noite, só que como eu não tenho nenhum documento não me aceitaram. [...]. Eu não sei nem o cartório que fui registrado, nunca tirei identidade, quando estou doente é um problema, porque não consigo me consultar no posto. (Patativa do Assaré).

Percebe-se que a ausência de documentação pessoal caracteriza-se como um dos principais motivos na negação de direitos sociais a este público, já que na maioria das vezes o acesso às políticas públicas, exige, como etapa inicial, a apresentação de documentação pessoal. Essa realidade configura-se como um enorme desafio para este segmento da população e ao Poder Público, no sentido de implantar ações mais efetivas que assegurem o acesso à documentação pessoal e, assim, a garantia de promoção às políticas públicas e a cidadania.

Ainda revisitando os dados do 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua, do município de Fortaleza, verifica-se que a pesquisa buscou obter informações sobre a questão da documentação. Foi constatado pela referida pesquisa, que 27,0% dos sujeitos entrevistados não possuem nenhum tipo de documento de identificação, o que reforça a dificuldade no acesso às políticas públicas.

Vale destacar aqui o relato de Patativa do Assaré, que traz a única menção à política de educação por parte dos entrevistados, os demais sujeitos não citaram nenhum tipo de busca, ou por acesso a escolas ou cursos profissionalizantes. Na realização da pesquisa, também não se identificou, no município de Caucaia, nenhuma iniciativa de oferecer a este público turmas de alfabetização, ações de inclusão no ensino formal ou capacitação profissional, no sentido de garantir a cidadania e possibilidades de saída das ruas destes indivíduos.

Atrelada à questão da capacitação profissional, percebe-se que a política de trabalho e renda também não atinge de forma efetiva as pessoas em situação de rua. Nenhum de nossos sujeitos mencionou participar de algum projeto ou ação que promova a inserção no mercado de trabalho ou geração de renda. Apesar do trabalho representar para a pessoa em situação de rua, um elemento “redentor”, já que este representa uma porta para adquirir cidadania e sair das ruas, a única ação identificada no sentido da promoção do trabalho e renda foram os encaminhamentos que o Centro Pop faz ao Sistema Nacional de Emprego - SINE. A fala de Virgulino Ferreira demonstra a pouca efetividade desta ação isolada:

Depois que consegui meu documento, peguei um encaminhamento do Centro Pop para me cadastrar no SINE. Assim que cheguei lá a moça me disse que não tinha vaga pro meu perfil. Não entendi muito bem o que ela quis dizer. Acho que só tinha vaga para quem tem mais estudo. Depois disso ela mandou eu ficar indo lá toda semana para me informar, mas não fui mais. Acabo me virando nas ruas mesmo com os meus serviços. (Virgulino Ferreira).

A fala de Virgulino Ferreira revela outro aspecto peculiar em relação aos profissionais que acabam por atender as pessoas que estão em situação de rua. Percebe-se nas narrativas dos sujeitos, que a grande maioria destes profissionais, não está capacitada para atender a demanda daqueles que vivem nas ruas. Assim, para o atendimento eficaz a demanda deste público, é fundamental a compreensão mínima da dinâmica social desses indivíduos.

No que concerne à utilização dos serviços públicos pela população pesquisada, a Pesquisa sobre Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza, identificou que 61,7% destes sujeitos fazem uso de algum serviço público, destacando-se como os mais buscados os postos de saúde, 33,9%, e o Centro Pop, 32,2%.

No decorrer da pesquisa de campo, percebeu-se que o tempo de permanência nas ruas é um aspecto extremamente desafiador para políticas

públicas, no sentido de ofertar possibilidades de novos projetos de vida e processos de saídas das ruas, ao mesmo tempo em que é fundamental o respeito à autonomia do sujeito. Além disso, o maior tempo nas ruas também contribui para um agravamento da fragilidade/perda dos vínculos familiares e comunitários.

O campo também nos revelou a alternância entre a situação de rua, a moradia convencional e a permanência em unidades de acolhimento institucional, ou seja, os abrigos. Os relatos retratam essas questões:

Já tenho muito tempo vivendo na rua. Já morei em albergue. Já teve uma época em que conseguia pagar um quartinho para morar. [...]. Lá em Fortaleza eu passei por quase todos os abrigos e casa de recuperação, mas não me acostumei. Esses lugares só é bom para a gente passar uns dias, não dá para ficar por muito tempo. (Luiz Gonzaga).

Nesses abrigos tudo tem que ter hora. Não tem um lugar só para você. É uma bagunça. Não é permitido casais dormirem juntos. Prefiro ficar na rua mesmo, porque sou livre para fazer o que eu quero. No último abrigo que eu fiquei, os padres não deixavam nem a gente sair, parecia um prisioneiro. (Patativa do Assaré).

As narrativas dos sujeitos retratam queixas em relação às unidades de acolhimento institucional, destinadas a este público, em especial no que se referem às regras impostas por tais instituições. Evidencia-se que pelo modo de vida destes indivíduos, há uma grande dificuldade em lidar com o excesso de regras, que segundo os mesmos, existem nestes locais. Assim, os abrigos são percebidos como espaços de disciplinarização e controle, com regras e valores que se confrontam àqueles tecidos nas ruas, fazendo com que estes espaços sejam apropriados de forma restrita pelas pessoas em situação de rua.

4.3.2 Os obstáculos no acesso às políticas públicas para a população em situação de rua

Ao se analisar o acesso da população em situação de rua às políticas públicas, é necessário atentarmos para os limites e as possibilidades encontradas nos percursos, nas vivências e nas estratégias destes sujeitos. Os relatos revelaram que as políticas públicas mais acessadas são a assistência social e a saúde.

Vou muitas vezes ao Centro Pop, tem dias que vou umas três vezes lá, para tomar banho, merendar, lavar uma roupa. Depois de lá, o local que mais vou é ao posto, porque faço um tratamento de saúde e preciso me consultar todo mês, além de pegar os remédios. Só que quando vou ao Centro Pop eu vou do jeito que estou aqui. Mas, quando vou ao posto de saúde, tomo banho, coloco uma roupa limpa. Lá ninguém sabe que sou de rua, porque dou o comprovante da casa da minha mãe. Tenho medo de sofrer preconceito. (Rachel de Queiroz).

Com o encaminhamento do Centro Pop é mais fácil de ser atendido no posto e no CAPS. É só entregar o papel para a assistente social que dá certo. Só consegui me cadastrar para receber o Bolsa Família porque coloquei no meu cadastro o endereço do Centro Pop. (Virgulino Ferreira).

A fala de Rachel de Queiroz revela algumas das estratégias de sobrevivência pelas quais passam os sujeitos que vivem na rua mediante as dificuldades de acesso às políticas públicas. O relato mostra que, inicialmente, para ser atendida no posto de saúde, a usuária toma banho, veste uma roupa limpa e utiliza o comprovante de endereço da mãe, não querendo assim revelar a situação de rua. Percebe-se que tal estratégia tem como objetivo fugir do forte preconceito que existe dentro das instituições públicas, partindo muitas vezes dos próprios trabalhadores dos equipamentos, que ainda não estão esclarecidos acerca das prioridades do atendimento a essa população como estabelece a PNPR.

Ainda no tocante à política de saúde, os sujeitos em seus relatos descrevem vários obstáculos enfrentados quanto aos atendimentos ambulatoriais ou hospitalares no Sistema Único de Saúde – SUS. Vale destacar que a rua é por si só um ambiente inóspito, que torna o indivíduo vulnerável e exposto a uma série de doenças, dentre elas, as mais frequentes são as doenças sexualmente transmissíveis, doenças respiratórias, doenças dermatológicas e os transtornos mentais.

As falas também expressam o desejo destes sujeitos em ter acesso a uma residência convencional. O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que contempla famílias e indivíduos com uma moradia, é bastante popular entre as pessoas que estão em situação de rua, fazendo com que o acesso ao mesmo seja o anseio de muitos destes indivíduos. As narrativas a seguir retratam essa realidade:

Acredito que todo mundo que vive no meio da rua tem o sonho de ter uma casa. Ninguém pensa em viver na rua para sempre. Deveria ser direito de todo mundo ter um lugar para viver. Todo mundo quer ter sua casa, chegar a hora que quiser sair, cuidar da casa. Eu também conheço gente que ganhou casa do Governo e nem mora lá, fez foi alugar. Enquanto isso, tem

muitas famílias que precisam e não tem. Isso é muito injusto. (Virgulino Ferreira).

É difícil acreditar que algum benefício desses chegue aqui para a gente. Queria muito poder colocar a minha mulher em uma casa, ter uma vida decente, mas não coloco muita fé nessas coisas de política. Os apartamentos que a Presidente veio entregar aqui, do Minha Casa Minha Vida, a maioria tem carro na garagem. Então, só está servido para quem não precisa. (Patativa do Assaré).

Conforme já foi abordada na seção anterior, a política de segurança pública representa um aspecto preocupante na vida daqueles que estão em situação de rua. Esta política pública parece funcionar de maneira contrária para este público, pois não é possível associar a presença de seus agentes públicos ao sentimento de segurança e proteção. Ao contrário, os relatos dos nossos sujeitos demonstram medo e insatisfação, frente às abordagens policiais.

As narrativas expressam sensações de insegurança, em relação às diversas expressões da violência nas cidades. Uma das principais violações de direitos cometidas com esse público é a cotidiana tentativa de higienização dos espaços urbanos ocupados pela população em situação de rua. Observa-se que existe um incômodo social gerado pela sujeira, pela satisfação das necessidades biológicas em público e pela mendicância. No entanto, não se identificam ações que dêem respostas efetivas para tais demandas. Colaboram para esse cenário a ineficiência do Estado na oferta das políticas públicas integradas, assim como a violência física e/ou psicológica praticada pelos agentes públicos, conforme observamos nesta fala:

O que eu vejo é que somos tratados como indesejados, se pudessem eles jogavam a gente em um lugar bem distante, porque é feio ter na cidade gente pedindo esmola, suja, sem teto. Já vi muito abuso de poder tanto da polícia, como da guarda. Somos tratados como bandidos. Estamos sempre sob suspeita. Muitos ainda são feitos de saco de pancadas, apanhando dos policiais sem ter cometido crime nenhum. Somos acordados com chutes. Não vejo nenhum interesse dos políticos para mudar isso. Mas sabe por que isso acontece? Porque grande parte de nós não vota, porque nem documentos nós temos. Se a gente votasse eu tenho certeza de que muita gente ia se interessar em nos ajudar. (Luiz Gonzaga).

O relato de Luiz Gonzaga traz uma reflexão sobre o sentimento de descrença que as pessoas em situação de rua trazem em relação às políticas públicas e ao cenário político como um todo. A sensação de discriminação e preconceito permeia as narrativas de todos os sujeitos, que não conseguem ter o

resgate de sua cidadania. O ranço de preconceito, discriminação e intolerância que existe na sociedade contribui seriamente para falta de acesso aos direitos básicos e isso é revelador dos limites de articulação entre as políticas públicas.

No que concerne a promoção de políticas públicas para população em situação de rua, percebe-se que seus anseios e interpretações são inúmeros e diversificados, que vão desde o acesso a postos de saúde, hospitais, programas de transferência de renda, moradia, dentre outros. Deste modo, o debate acerca dessas questões, além de relevante, busca promover o conhecimento da realidade deste segmento social.

A articulação entre as políticas públicas é imprescindível no intuito de atender as demandas deste público face à complexidade das múltiplas determinações do fenômeno população de rua, bem como para ofertar possibilidades de construir novos projetos de vida nos diversos espaços urbanos.

Conclui-se que a ausência de políticas públicas, que deveriam incidir no combate à desigualdade social, acaba sendo mais nociva para o indivíduo em situação de rua. Além do mais, se constatou que para a efetividade das ações propostas pela PNPR é necessária uma atuação conjunta das diversas políticas, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura e o acesso à justiça. Assim, se torna essencial que esta política seja executada de maneira intersetorial, no sentido de dar conta da complexidade no atendimento às pessoas em situação de rua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a população em situação de rua é, inicialmente, compreender uma categoria social que tem por característica básica a multidimensionalidade, ou seja, trata-se de um segmento que reúne várias facetas de uma única realidade. Assim, a rua abriga uma diversidade de histórias de vida, que não podem ser observadas apenas de um único ângulo:

Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e as pesquisas voltadas para este grupo devem também ser, antes de tudo, multifacetada, ou seja, não devem ser tratadas a partir de apenas uma área do conhecimento, específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas (FERREIRA; MACHADO, 2007, p.05).

Destaca-se que para a realização da presente pesquisa foi adotado o conceito instituído pela Política Nacional para População em Situação de Rua, que define esse público como um grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional, obrigando-os a ocupar espaços como logradouros públicos, tais como praças, jardins, prédios e casas abandonadas, cemitérios, proximidades de lagoas, alpendres de comércios, calçadas e ruas. A heterogeneidade pode ser percebida em diferentes aspectos, isto é, na duração de tempo nas ruas, nas formas de trabalho e acesso à renda, no grau de contatos familiares, na relação com a cidade e na percepção de si mesmo.

A rua se apresentou como um universo de possibilidades e através das histórias dos sujeitos pesquisados foi possível adentrar em uma realidade de pobreza extrema, de preconceito, de dor e violência, mas também na vida de pessoas que trazem em sua bagagem histórias de amor, sonhos e desejos de dias melhores.

Durante a pesquisa de campo, a fala dos sujeitos entrevistados, por diversas vezes, registraram emoções, saudades, mágoas, sonhos e lágrimas. As narrativas são expressões dos desafios de viver e sobreviver nas ruas. Através da história desses sujeitos percebe-se que aqueles que estão em situação de rua têm a vida marcada por diversas violações de direitos, no interior de uma sociedade desigual e extrema pobreza.

Na condição de pesquisadora, em inúmeros momentos me deparei com situações desafiadoras. Estar inserida naquele contexto, de pessoas que fazem das ruas seu local de sobrevivência, nos coloca em contato com o nível mais alto de exclusão social que um sujeito pode vivenciar. Constatar que atividades tão comuns do nosso cotidiano, como por exemplo, tomar um banho, representa cotidianamente um desafio para estes indivíduos. Outro aspecto de extrema relevância é o olhar que as pessoas lançam sobre esses homens e mulheres, são sentimentos de medo, compaixão e estranheza que se misturam e caracterizam esse público por um estigma de abandono e periculosidade.

No entanto, a realidade que desumaniza os indivíduos em situação de rua mostrou que, mesmo diante de condições de subsistência degradantes, os sujeitos sociais conseguem construir estratégias de sobrevivência, no sentido de satisfazer suas necessidades humanas. Foi através da compreensão dessas estratégias traçadas nas ruas, que a investigação sobre vínculos familiares e sociais destes atores sociais aconteceu. A compreensão do “modo de viver” destas pessoas foi fundamental para entender como essa cadeia de relações se constitui e se entrelaçam.

O campo proporcionou ainda a observação de características típicas deste público, como a temporalidade e o nomadismo, por exemplo. Concluiu-se que o tempo para as pessoas em situação de rua não segue os mesmos parâmetros que regem grande parte da sociedade, com horários rígidos. O tempo na rua opera sobreposto a vários ritmos. O ritmo é orquestrado por transeuntes que passam pelas calçadas, pela dinâmica do comércio, por carros apressados e pelo ritmo lento das pessoas em situação de rua. Neste contexto e nestas várias temporalidades é que são tecidas as redes de relações nos espaços da rua.

Conforme já foi visto, o indivíduo que está em situação de rua é um sujeito nômade, ou seja, percorrem vários espaços da cidade, geralmente, tendo como ponto fixo o local onde dormem, ou exercem alguma atividade remunerada. É o nomadismo que faz desse sujeito um ator invisível diante dessa conjuntura social. Assim, a “invisibilidade” é uma das principais características dessa população, no entanto, o que se observa é que a cada dia eles estão ocupando os grandes centros, em números cada vez maiores. O que esta pesquisa nos revela é que este segmento da população, mesmo carregado de tantos estereótipos e preconceitos

trazem consigo histórias de vida, marcadas por chegadas, partidas, encontros e desencontros, assim como cada um de nós.

Vale ressaltar, que a escolha dos locais, por estes indivíduos, está intimamente relacionada à possibilidade de satisfação de suas necessidades básicas, tais como alimentação, higiene pessoal, segurança, trabalho e renda, assim como a proximidade com as instituições de atendimento à população em situação de rua, dentre outras. Estes percursos, vivências e estratégias são construídas de forma individual ou coletiva nos espaços urbanos.

A realização desta pesquisa tornou possível compreender o modo como vivem os indivíduos em situação de rua e, para além do cotidiano, apreender os processos de resistência e as estratégias que a população em situação de rua cria para driblar essa condição de pobreza e miséria reproduzida pela lógica do sistema capitalista. O fato é que neste contexto, é possível aproximar-se desse sujeito, suscitar o debate, movimentar a sociedade civil e o governo para publicização das questões que envolvem um cotidiano de acesso restrito, ou de acesso diferenciado, às demandas necessárias para se viver.

Este estudo possibilitou apresentar o perfil contemporâneo da população em situação de rua do município de Fortaleza, destacando assim seus principais aspectos. Os dados do 1º Censo sobre Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza foram cruzados com os resultados obtidos na pesquisa de campo, buscando a melhor compreensão da realidade deste segmento populacional.

O campo nos revelou que a fragilidade e/ou ruptura dos vínculos familiares surge como um dos principais motivos para a situação de rua. No entanto, conforme já foi mencionado, compreende-se que este é um fenômeno social de multideterminações. Outros fatores como desemprego, ausência de moradia, uso de álcool e/ou drogas e influência das políticas públicas contribuem para a ida e permanência de indivíduos e famílias em situação de rua.

Diante do exposto, o campo confirmou a hipótese levantada para a realização deste estudo, de que a fragilidade/rompimento dos vínculos familiares pode ser considerada como um dos principais motivos para a ida e a permanência nas ruas.

É importante ressaltar que apontar os conflitos familiares como pano de fundo para as explicações que dão sentido aos seus ingressos na rua, evidencia a centralidade do valor família e do quanto esta instituição encerra um lugar social na

compreensão dos sujeitos pesquisados. A questão observada não se restringe somente a constatação da existência ou não de vínculos familiares, mas, principalmente, a compreensão do significado dessa família para estes sujeitos.

A categoria família assumiu nesta pesquisa lugar de destaque e foi aqui trabalhada como uma criação humana mutável que está em constante relação com a realidade social e, portanto, encontra-se em contínua (re)atualização, característica esta que dissolve sua aparente naturalidade (BRUSCHINI, 2011).

Mais uma vez, é fundamental ressaltar que o conceito de família adotado para o desenvolvimento deste trabalho se aproxima do apresentado por Trad (2010) que caracteriza a família em um contexto de multiplicidade de formas e sentidos. Desta forma, não podemos pensar em um modelo único de família, haja vista que a reconfigurações e modificações sociais interferem diretamente na constituição da dinâmica familiar.

Diante deste contexto, no entrelace das configurações familiares na contemporaneidade, visto que hoje se tem vários tipos de famílias – nuclear, mononuclear, ampliada, reconstituída, homoafetiva, dentre outros –, não é cabível falar em um modelo que prevaleça hegemonicamente em relação aos demais, como outrora era defendido, na idade moderna, na qual o modelo nuclear prevalecia como tipo padrão.

No decorrer da pesquisa de campo, foi constatado que a manutenção dos vínculos familiares, mesmo que ocorrendo de forma esporádica ou à distância, representa, para as pessoas em situação de rua, uma referência de pertencimento, um “sentimento de família”. A família, ainda, significa para essas pessoas um elo afetivo com um universo que mesmo não fazendo mais parte de seu cotidiano constituem sua identidade enquanto sujeito.

Assim, o deslocamento que o sujeito faz da casa para a rua, que se constitui uma saída e um trajeto, insere esse indivíduo em outra “cultura”, outro “modo de viver”. A vida nas ruas requer, antes de tudo, a construção de “estratégias de sobrevivência”, o que por si só inclui este sujeito em uma rede de relacionamentos, que tem o contexto das ruas como pano de fundo.

Destaca-se ainda, que as reconstruções e ressignificações do sentido de viver e morar nas ruas também são aspectos importantes quando falamos daqueles que reinventaram o sentido de habitar a rua, criando vínculos e redes de acesso àquilo que julgam necessário à sobrevivência nesse espaço.

A vida nas ruas faz emergir uma rede de articulações que se forma entre as pessoas em situação de rua e comerciantes, agentes públicos e os transeuntes de forma geral. Talvez por trazer esse universo de “possibilidades”, os centros urbanos concentram a grande parte desta população. Assim, a criação de “estratégias de sobrevivência” busca suprir a ausência de proteção social, que deveria ser disponibilizada pelo Estado. As narrativas revelaram concretamente como a população de rua desenvolve diariamente táticas para atender as suas necessidades básicas como a utilização de banheiros, locais para dormir e alimentação, acrescenta-se a este contexto a inexistência de espaços públicos de cultura e lazer.

A realidade mostra que o cotidiano das pessoas em situação de rua é quase inteiramente dedicado a realização das suas estratégias de sobrevivência e ao enfrentamento de situações de risco, tais como; conflitos com seus pares, controle policial, constante fiscalização dos órgãos governamentais, dentre outros. Acrescenta-se a este contexto social os efeitos do medo, insegurança e preconceito de grande parcela da sociedade em relação a estes indivíduos.

Vale ressaltar que os sujeitos pesquisados estavam inseridos em um mesmo agrupamento, que foi formado a partir de critérios como afinidades e da construção de estratégias coletivas para a satisfação das necessidades humanas. No entanto, constatou-se que não se trata de uma convivência tão pacífica, já que o viver nas ruas é permeado por regras rígidas. Deste modo, o grupo que se forma na rua possui estrutura de hierarquia, valores, regras e sanções.

Diante desta conjuntura é que se desenrolam as relações de afetividade e camaradagem, que muitas vezes chega a ocupar o lugar deixado pela família, na vida destes sujeitos. Deste modo, a rua se torna cenário também para a construção de “novas famílias”, ou seja, são pessoas que se unem com o objetivo de juntas sobreviver à realidade das ruas. O campo nos apresentou que estas relações são constituídas através da busca por proteção, renda, alimentação, dentre outros fatores.

No que diz respeito à percepção dos indivíduos pesquisados em relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, ficou evidente o total desconhecimento da mesma pelos seus usuários. Além disso, o processo de organização política da população em situação de rua apresenta-se como um enorme desafio a ser enfrentado.

Outro aspecto que merece destaque é que o acesso às políticas sociais, pela população em situação de rua, é marcado por um percurso de vivências discriminatórias, preconceituosas e de violação de direitos. As exigências formais e ausência de documentação aparecem como os principais obstáculos no acesso às políticas públicas, expondo a necessidade de ampliar o debate acerca do atendimento à população em situação de rua, de acordo com as suas demandas.

Diante do que foi exposto, o desafio de garantir o direito à cidadania pressupõe um amplo debate e ações construídas coletivamente, visando organização política da população em situação de rua na luta pelo acesso ao trabalho digno, à moradia, à convivência familiar e comunitária e ao acesso às políticas sociais. Assim, somente através de ações efetivas do poder público e da sociedade será possível superar as violações de direitos, ampliar as condições para o usufruto dos serviços urbanos, o direito à permanência nos espaços das cidades e ao reconhecimento destes sujeitos como cidadãos.

Por fim, a conjuntura econômica atual deixa claro que a situação de rua não se trata de um problema pontual e que exige, por isso, uma atuação conjunta dos poderes estadual, municipal e federal. Essa atuação conjunta é uma das diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, porém, ainda não ocorre de maneira efetiva.

Desta forma, em um contexto social de precarização do trabalho e desemprego em massa, a população em situação de rua, resultante dessa forma de exclusão do trabalho que vivemos na contemporaneidade, apresenta-se como um sujeito permeado de privações e por isso demanda uma multiplicidade de necessidades. Não obstante, a política social desenhada para intervir junto a este segmento da sociedade preconiza a prioridade no atendimento e a intersetorialidade entre as políticas públicas, como educação, saúde, trabalho e renda, cultura. E estes foram identificados como principais desafios que envolvem a PNPR.

Esta pesquisa aponta as dificuldades em se constituir uma política, uma vez que, por mais que já esteja aprovada, no caso, a PNPR, revela a impressão de que ainda está em processo de consolidação. Além disso, o preconceito e a falta de conhecimento de diversos profissionais e das demais políticas setoriais, como saúde, educação, segurança pública, no tocante à PNPR, dificultam o processo de intersetorialidade para que esta política alcance, minimamente, os seus propósitos. Acrescenta-se ainda que, o julgamento e a discriminação da sociedade para com as

pessoas em situação de rua, impedem processos de mudanças, fundamentados na real essência do problema.

Acredita-se que a pesquisa que ora se apresenta, contribuirá para aprofundar o debate acerca da realidade da população em situação de rua, em especial nos aspectos referidos às relações familiares e às políticas públicas voltadas para este público. Deste modo, espera-se que a presente pesquisa constitua-se instrumento de consulta para os diversos profissionais que atuam com este público, na perspectiva de garantir uma cidadania ativa e os direitos da população em situação de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio H. Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S., SANTOS, W.G., COIMBRAS, M. **Política Social e a Questão da Pobreza**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, p.202, 1989.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Introdução ao Método da Teoria Social: direitos sociais e competência profissional**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, C.C.G. **Família às avessas**: gênero nas relações familiares de adolescentes. Ed. UFC, Fortaleza, 2001.

ALVES, A. J. (1991). Meninos de rua e meninas de rua: Estrutura e dinâmica familiar. In A. Fausto & R. Cervini. **O trabalho e a rua**: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991, p. 117-132.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BAREL, Yves. **Le Grand Intégrateur**. Connexions, Paris, n.56, pp.85-100, jan, 1990.

BEHRING, Elaine Rosset; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053. Institui a **Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília, 23 de dezembro de 2009.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações posteriores dadas pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 1993 e 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. Rua: **Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Relatório do II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para população em situação de rua – Centro POP.** Volume 1, 2 e 3. Brasília, 2009.

BRAVO, Maria Inês de Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (orgs.). **Política social e democracia.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BULLA, L.C; MENDES, J.M.R; PRATES, J.C. (orgs). **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, ano III, dez. 2003. Disponível em: <http://www.revitaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 24 out. 2015.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Brasília: Garamond, 2000.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (orgs.). **Brazil: portrait of half a continent.** Nova York, The Dryden Press, 1951.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARPENA, M. **Famílias de meninos e meninas em situação de rua na cidade de Caxias do Sul:** Locus de controle, situação atual de vida e expectativas para o futuro. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado não-publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A discriminação negativa – Cidadãos ou Autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira** (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: Colcha de Retalhos estudos sobre a Família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Ana Paula Motta. População de Rua: Contextualização e Caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 4, 2005.

COSTA, Ozanira Ferreira (Org.). **No meio da Rua**: resgatando sonhos, desejos e construindo cidadania. Recife: Grupo Ruas e Praças, 1998.

DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira, IN: **Relativizando, uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco. 1990.

_____. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURHAM, Eunice R. **A Família Operária**: Consciência e Ideologia. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2000. p. 139-171.

FARIA, Aurélio Pimenta de; MACHADO, Maria Fernanda. **Hipersocialização e eclipse do sujeito na provisão pública de bens e serviços para a população de rua**. Serviço Social & Sociedade, n. 80, p. 33-47. São Paulo: Cortez, nov. 2004.

FERREIRA, F. P. Martins; MACHADO, S. C. Carrilho. **Vidas privadas em espaços públicos**: o caso dos censos da população de rua em Belo Horizonte conceitos e exclusão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo Presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.

FITOUSSI, Jean-Paul, ROSANVALLON, Pierre. **La nueva era de las desigualdades**. Buenos Aires: Manantial, 1997.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua**, realizada em 2014. Fortaleza: SETRA -Prefeitura, 2014.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos Urbanos Errantes**: uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo. 2004. 361 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 29 set.2015.

_____. Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009, pp. 361.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da economia Patriarcal – 1ª**, 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2005.

GARRIDO, Joan dei Alcàzar. As fontes Orais na Pesquisa **Histórica: uma contribuição ao debate**. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 13, n. 25/26, Ago. 1993.

GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim – vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400 – 1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP, EDUC, 2006.

GOMES, M. A. 2003. **Filhos de ninguém?** Um estudo das representações sociais sobre famílias de adolescentes em situação de rua. Fortaleza, 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará.

GRANATO, A.; DE MARI, J. **Os meus, os seus, os nossos**. In: Veja, São Paulo: Ed. Abril, n.109, p.268-75, 1999.

HUTTON, Patrick. **History as an art of memory**. University of Vermont. University Press of New England, 1993.

IAMAMOTO, M. Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, p. 31-45, 2000.

KALOUSTIAN S.M. & Ferrari M. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Ed. Cortez-Unicef, 1994.

KALOUSTIAN, S. M.(Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; 1997.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira: a base de tudo**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002

KOLLER, S. H. (1994). **Julgamento moral pró-social de meninos e meninas de rua**. Porto Alegre, 1994. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão como ruptura de Laços Sociais: uma crítica do conceito**. Revista Mediações. São Paulo, v.14, n.1, p. 260-274, 2009.

LIMA, S. G. A. **Vidas no Meio Fio: Os Moradores de Rua de Fortaleza no Contexto da Formulação de uma Política Pública**. Fortaleza, 2008. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Ceará.

LOWI, Theodor. "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". **Public Administration Review**, 32: 298-310. 1972.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza (org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. (2ª ed.). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

_____. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3ª. Ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MARX, Karl. **O capital: Crítica de Economia Política**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol III. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. **História oral como fonte: problemas e métodos**. Historia, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MENDES, M. V. B. **Um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, R.C. **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Cadernos CRH, Salvador, p.29-47, jul.-dez, 1994.

OLIVEIRA, Juraci Antônio de. **Moradores de uma terra sem dono**. Revista Sociologia, Ciência & Vida. São Paulo, Ano III, Edição 32, pp. 24-27, dezembro, 2010.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A Família em sua Multiplicidade de Formas e Sentidos. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. (Org.). **Família, Gênero e Geração: Temas Transversais**. Fortaleza: EDUECE, 2004.

_____. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina.** Fortaleza: EDUECE, 2001.

PAUGAM, S. Pobreza, exclusão e desqualificação social: Resumindo o debate europeu. In: VERAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: EDUC, 1999. 116-119.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída: um estudo sobre as relações entre o Estado e os moradores de rua em Brasília.** Brasília, 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília.

PETRINI J. C. **Pós-modernidade e família.** Bauru: Ed. Edusc, 2003.

PIMENTEL, Lídia Valesca. **Vidas nas Ruas, Corpos em percursos no cotidiano da Cidade.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 103-130 2000.

_____. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do indivizível a o divizível.** In: SIMPSON, O. R. M. V. (Org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, p. 14- 43, 1988.

QUIROGA, Ana Maria. **Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1982.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In carvalho, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995.

ROSA, C. Moreno Maffei (Org.). **Vidas de rua.** São Paulo: Hucitec, 2005.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.25, n.9, p.26-37, jul. Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, M. L. C. **Cidades de plástico e papelão**: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. São Paulo, 2003. Tese (livre- docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

_____. O valor da família para os pobres. *In*: I. Ribeiro & A. C. Ribeiro (Eds.), **Famílias em processos contemporâneos**: Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995, p. 131-150.

_____. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Org.). **Família, Laços e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Rosemeire Barboza. **O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo**: limites e possibilidades da participação social. *Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua*, v.1, n.1, 2008, Universidade Federal de São Carlos, disponível em www.senaposirua.ufscar.br/anais-do-seminario-1, acesso em 13 de março de 2016.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. 4.ed. Tradução de Rute Esteves Mota. Edições Texto & Grafia Ltda: Lisboa, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. *Revista Sociologias*, ano 8, n.16, jul/dez, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos e seguridade. *In*: Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado da Assistência Social. **Mínimos sociais. Questões conceitos opções e estratégias**. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1999. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. São Paulo, 2002.

_____. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. *In*: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075POR.pdf>>. Acesso em: julho de 2014.

THOMPSON, M. **A voz do passado. História oral.** Rio de Janeiro, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TRAD, L. A. B. **Família contemporânea e saúde:** significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

VIEIRA, E. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa *et al.* **População de rua:** quem é, como vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

_____. M.C. **Serviço Social e Pobreza.** Revista Katálysis, v13, n.2, p. 153-154, jul/dez. Florianópolis, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA USUÁRIA DO CENTRO POP

I – Identificação:

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade:

Fundamental completo ()

Fundamental incompleto ()

Médio completo ()

Médio incompleto ()

Superior completo ()

Superior incompleto ()

Não alfabetizado ()

Apenas assina o nome ()

II – Vida antes da Rua

Antes de estar na rua onde você vivia?

O que você fazia? (trabalho, estudo)

Como era o relacionamento familiar?

O que você entende por família?

Ainda são mantidos vínculos familiares?

III – Vida na Rua

Qual o motivo que o (a) levou a ir morar na rua?

Há quanto tempo está na rua?

Como foi seu primeiro dia na rua?

Em qual local costuma ficar na rua?

Como sobrevive na rua?

Como é morar na rua? (dificuldades / problemas que costuma enfrentar)

Existem vínculos de solidariedade/amizade criados nas ruas?

IV – Relação com as Políticas Públicas destinadas à População em Situação de Rua

Conhece ou ouviu falar sobre a Política Nacional para População em Situação de Rua? Costuma utilizar com frequência os serviços do Centro Pop?

O que acha dos serviços oferecidos pelo Centro Pop?

Já esteve Abrigado em outros equipamentos que atendem à População de Rua? (Espaço de Acolhimento Noturno, Casa de Passagem).

Em caso afirmativo, qual a sua avaliação sobre estes equipamentos sociais que atendem à População em Situação de Rua?

O que você gostaria que fosse oferecido pelo Estado para as pessoas que vivem em situação de rua?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, você está sendo convidado a participar de um estudo sobre População em Situação de Rua, tendo o trabalho como tema: “Vida nas Ruas: Um estudo sobre as relações familiares da População em Situação de Rua e as Políticas Públicas”. O objetivo dessa pesquisa é investigar os aspectos envolvidos entre a fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e o fenômeno da população em situação de rua.

Informamos que para sua participação ser efetivada, é garantida a privacidade dos depoimentos prestados e dos dados coletados, os quais serão utilizados apenas nesta pesquisa e tratados cientificamente. Informamos também, que você não será submetido a despesas financeiras, nem receberá gratificação ou pagamento pela participação neste estudo. Você poderá receber esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa quando requisitar, podendo desistir de continuar colaborando se assim o desejar.

Os participantes terão como benefício um maior esclarecimento a respeito da relação entre a fragilidade/rompimento de vínculos familiares e a ida para as ruas.

Concordo em participar como voluntário(a) no estudo: “Vida nas Ruas: Um estudo sobre as relações familiares da População em Situação de Rua e as Políticas Públicas”.

Declaro ter sido informado(a) pelo pesquisador sobre o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, as finalidades, não havendo riscos decorrentes de minha participação. Estou ciente que poderei deixar de colaborar com o estudo em qualquer momento que desejar.

Fortaleza, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador responsável